

**Relatório de Gestão**

**EXERCÍCIO 2013**

**Relatório de Gestão**

EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, da DN TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, DN TCU nº 132, de 02 de outubro de 2013, bem como com a Portaria TCU nº 175, de 12 de julho de 2013 e Portaria CGU nº 133 de 22 de janeiro de 2013.

**Manaus – Amazonas**

**2013**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

DILMA VANA ROUSSEFF

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULHA

**MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

FERNANDO HADDAD

ALOIZIO MERCADANTE

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ELIEZES MOREIRA PACHECO

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAM**

**CONSELHO SUPERIOR**

**PRESIDENTE**

REITOR JOÃO MARTINS DIAS

**MEMBROS**

**REPRESENTANTE DOS DOCENTES**

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

LÍVIA DE SOUZA CAMURÇA LIMA

**REPRESENTANTE DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

ANA CLAÚDIA TEIXEIRA DO NASCIMENTO

JÂNIO LÚCIO PAES ALVES

KÁTIA SILVA MACHADO

**REPRESENTANTES DOS DISCENTES**

ANDERSON NUNES CEZÁRIO

CÉSAR DOMINGOS ALBUQUERQUE

HAYANA SOARES PINHEIRO

**REPRESENTANTE DOS EGRESSOS**

MÁRCIO SILVA DE LIRA

JOÃO FERNANDES FERREIRA LIMA

**REPRESENTANTES DOS DIRETORES- GERAIS**

ALLEN BITENCOURT DE LIMA

DARCÍLIA PENHA PINTO

ELIAR BRASILINO DE SOUZA

JORGE NUNES PEREIRA

**REPRESENTANTES SETOR COMÉRCIO E INDUSTRIA**

FLÁVIO JOSÉ ANDRADE DUTRA

GENOIR PIEROSAN

NELSON AZEDO DOS SANTOS

**REPRESENTANTE SINDICATOS DE CLASSE**

RÔMULO ROGÉRIO MARQUES DE LIMA

MARCOS CÉLIO DE SOUZA BESSA

**REPRESENTATES DO SETOR PRIMÁRIO**

AÉCIO FLÁVIO FERREIRA FILHO

MARCOS ANDERSON PINHEIRO NOGUEIRA

**COLÉGIO DE DIRIGENTES**

**PRESIDENTE**

REITOR JOÃO MARTINS DIAS

**MEMBROS**

**PRÓ-REITORES**

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

VICENTE FERREIRA DE LUCENA JÚNIOR

NELSON BATISTA DO NASCIMENTO

ANA MENA BARRETO BASTOS

SANDRA MAGNI DARWICH

**DIRETORES – GERAIS DE CAMPI**

JÚLIO CÉSAR ARAÚJO DE FREITAS

ALLEN BITENCOURT DE LIMA

JURANDY MOREIRA MACIEL AIRES DA SILVA

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

JOSÉ PINHEIRO DE CARVALHO QUEIROZ NETO

ELIAS BRASILINO DE SOUZA

DARCÍLIA PENHA PINTO

IVAMILTON DE SOUZA ARAÚJO

JAIME CAVALCANTE ALVES

JORGE NUNES PEREIRA

LEONOR FERREIRA NETA TORO

PAULO HENRIQUE ROCHA ARIDE

**CARGOS DE DIREÇÃO DO IFAM**

**REITOR**

JOÃO MARTINS DIAS

**ASSESSORIA ESPECIAL**

MÁRIO GILSON SANTOS BORGES

**CHEFE DE GABINETE DA REITORIA**

SIMONE SANTOS RODRIGUES

**AUDITORIA INTERNA**

SAMARA SANTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA FEDERAL**

ADELSON MONTEIRO DE ANDRADE

**COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CORREIÇÃO**

ANTONIO CÉSAR CAVALHEIRO MOI

**PRÓ-REITORES**

**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

ANA MARIA ALVES PEREIRA

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

JULIO CESAR CAMPOS ANVERES

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

ANA MENA BARRETO BASTOS

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

SANDRA MAGNI DARWICH

**DIRETORIAS SISTÊMICAS**

**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

JOSÉ FERNANDES CARVALHO CAVALCANTE

**DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARLOS TIAGO GARANTIZADO

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

JÂNIO LÚCIO PAES ALVES

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO**

JOÃO LUIZ CAVALCANTE FERREIRA

**DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

GYOVANNI AUGUSTO AGUIAR RIBEIRO

**DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

JOÃO BATISTA NETO

**DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO**

LUCIENE FÁTIMA DE OLIVEIRA LOPES

**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

ANTONIO RIBEIRO DA COSTA NETO

**DIRETORIA DE PROGRAMA, PROJETOS E AÇÕES EXTENSIONISTAS**

DORANEIDE DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE TAHIRA

**DIRETORES – GERAIS DOS CAMPI**

**CAMPUS MANAUS – CENTRO**

JÚLIO CÉSAR ARAÚJO DE FREITAS

**CAMPUS COARI**

JURANDY MOREIRA MACIEL AIRES DA SILVA

**CAMPUS MANAUS ZONA – LESTE**

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

**CAMPUS MANAUS – DISTRITO INDUSTRIAL**

JOSÉ PINHEIRO DE QUEIROZ NETO

**CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**

ELIAS BRASILINO DE SOUZA

**CAMPUS PARINTINS**

ALLEN BITENCOURT DE LIMA

**CAMPUS TABATINGA**

JAIME CAVALCANTE ALVES

**CAMPUS LÁBREA**

JORGE NUNES PEREIRA

**CAMPUS MAÚES**

LEONOR FERREIRA NETA TORO

**CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

PAULO HENRIQUE ROCHA ÁRIDE

Sumário

[APRESENTAÇÃO 23](#_Toc377738765)

[1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO 25](#_Toc377738766)

[1.1 Identificação da unidade 25](#_Toc377738767)

[1.1.1 Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual 25](#_Toc377738768)

[1.2 Finalidade ecompetências institucionais da unidade 25](#_Toc377738769)

[1.3 Organograma funcional 25](#_Toc377738770)

[1.4 Macrosprocessos finalísticos da unidade 25](#_Toc377738771)

[1.5 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade 25](#_Toc377738772)

[1.6 Principais parceiros relacionados à atividade-fim da unidade 25](#_Toc377738773)

[2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS 25](#_Toc377738774)

[2.1 Planejamento da unidade 25](#_Toc377738775)

[2.2.1 Quadro A.2.2.1 – Programa Temático 25](#_Toc377738776)

[2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados 25](#_Toc377738777)

[2.2.2.Quadro A.2.2.2 – Objetivo 25](#_Toc377738778)

[2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão 25](#_Toc377738779)

[2.3.1 Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS 25](#_Toc377738780)

[2.3.2 Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS 25](#_Toc377738781)

[2.3.3 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS 25](#_Toc377738782)

[2.3.4 Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento 25](#_Toc377738783)

[3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 26](#_Toc377738784)

[3.1 Estrutura orgânica de controle da unidade 26](#_Toc377738785)

[3.1.1 Unidade de Auditoria 26](#_Toc377738786)

[3.1.2 Comitê de Auditoria 26](#_Toc377738787)

[3.1.3 Conselhos Fiscais 26](#_Toc377738788)

[3.1.4 Comitês de Avaliações 26](#_Toc377738789)

[3.2 Controles internos administrativos da unidade 26](#_Toc377738790)

[3.2.1 Ambiente de controle 26](#_Toc377738791)

[3.2.2 Avaliação de risco 26](#_Toc377738792)

[3.2.3 Atividades de controle 26](#_Toc377738793)

[3.2.4 Informação e Comunicação 26](#_Toc377738794)

[3.2.5 Monitoramento 26](#_Toc377738795)

[3.2.6 Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ 26](#_Toc377738796)

[3.3 Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade 26](#_Toc377738797)

[3.4. Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade 26](#_Toc377738798)

[3.5. Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade 26](#_Toc377738799)

[4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 27](#_Toc377738800)

[4.1 Execução das despesas 27](#_Toc377738801)

[4.1.1 Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas 27](#_Toc377738802)

[4.1.2 Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa 27](#_Toc377738803)

[4.1.3 Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa 27](#_Toc377738804)

[4.1.4 Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – Total 27](#_Toc377738805)

[4.1.4 Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ 27](#_Toc377738806)

[4.1.4 Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total 27](#_Toc377738807)

[4.1.5 Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ 27](#_Toc377738808)

[4.1.5 Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação 27](#_Toc377738809)

[4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. 27](#_Toc377738810)

[4.2.1 Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 27](#_Toc377738811)

[4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. 27](#_Toc377738812)

[4.3.1 Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores 27](#_Toc377738813)

[4.4 Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres. 27](#_Toc377738814)

[4.4.1 Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 27](#_Toc377738815)

[4.4.2 Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 28](#_Toc377738816)

[4.4.3 Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 28](#_Toc377738817)

[4.4.4 Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. 28](#_Toc377738818)

[4.5 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal. 28](#_Toc377738819)

[4.5.1 Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) 28](#_Toc377738820)

[Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”) 28](#_Toc377738821)

[Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador 115 28](#_Toc377738822)

[Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) 28](#_Toc377738823)

[4.6 Renúncia de Receitas. 28](#_Toc377738824)

[4.6.01 Quadro A.4.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ 28](#_Toc377738825)

[4.6.02 Quadro – A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ 28](#_Toc377738826)

[4.6.03 Quadro A.4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida 28](#_Toc377738827)

[4.6.04 Quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2013-2011 28](#_Toc377738828)

[4.6.05 Quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas 28](#_Toc377738829)

[4.6.06 Quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas 28](#_Toc377738830)

[4.6.07 Quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas 28](#_Toc377738831)

[4.6.08 Quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas 29](#_Toc377738832)

[4.6.09 Quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ 29](#_Toc377738833)

[4.6.10 Quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas 29](#_Toc377738834)

[4.6.11 Quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB 29](#_Toc377738835)

[4.6.12 Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas 29](#_Toc377738836)

[4.6.13 Quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB 29](#_Toc377738837)

[4.7 Não consta no rol da DN 29](#_Toc377738838)

[5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS 29](#_Toc377738839)

[5.1 Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas: 29](#_Toc377738840)

[5.1.01 Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 29](#_Toc377738841)

[5.1.02 Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ 29](#_Toc377738842)

[5.1.03 Quadro A.5.1.2.1 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 29](#_Toc377738843)

[5.1.04 Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12 29](#_Toc377738844)

[5.1.05 Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12 29](#_Toc377738845)

[5.1.06 Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 29](#_Toc377738846)

[5.1.07 Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro 29](#_Toc377738847)

[5.1.08 Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 29](#_Toc377738848)

[5.1.09 Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 29](#_Toc377738849)

[5.1.10 Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 30](#_Toc377738850)

[5.1.10 Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac 30](#_Toc377738851)

[5.1.11 Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) 30](#_Toc377738852)

[5.2 Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários. 30](#_Toc377738853)

[5.2.1 Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada 30](#_Toc377738854)

[5.2.2 Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados 30](#_Toc377738855)

[5.2.3 Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva 30](#_Toc377738856)

[5.2.4 Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra 30](#_Toc377738857)

[5.2.5 Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários 30](#_Toc377738858)

[6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 31](#_Toc377738859)

[6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros 31](#_Toc377738860)

[6.1.1 Quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização; 31](#_Toc377738861)

[6.1.2 Contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos; 31](#_Toc377738862)

[6.1.3 Normas que regulamentam a gestão e o uso da frota; 31](#_Toc377738863)

[6.1.4 Critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação; 31](#_Toc377738864)

[6.1.5 Custos envolvidos. 31](#_Toc377738865)

[6.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade 31](#_Toc377738866)

[6.2.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade; 31](#_Toc377738867)

[6.2.2 Distribuição geográfica dos imóveis da União; 31](#_Toc377738868)

[6.2.3 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet; 31](#_Toc377738869)

[6.2.3 Ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não. Neste caso, identificar o locador, a forma de contratação, os valores, e benefícios recebidos pela unidade em razão da locação e a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação; 31](#_Toc377738870)

[6.2.4 Custos de manutenção. 32](#_Toc377738871)

[6.2.5 Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 32](#_Toc377738872)

[6.2.6 Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional 32](#_Toc377738873)

[6.2.7 Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ 32](#_Toc377738874)

[6.3 Imóveis locados de terceiros 32](#_Toc377738875)

[6.3.1 Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros 32](#_Toc377738876)

[7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO 32](#_Toc377738877)

[7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI), conforme orientações da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa. 32](#_Toc377738878)

[8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 33](#_Toc377738879)

[8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras. 33](#_Toc377738880)

[8.1.1 Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 33](#_Toc377738881)

[8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados. 33](#_Toc377738882)

[8.2.1 Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 33](#_Toc377738883)

[8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água 33](#_Toc377738884)

[8.3.1 Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos; 33](#_Toc377738885)

[8.3.2 Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP); 33](#_Toc377738886)

[8.3.3 Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão. 33](#_Toc377738887)

[9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 34](#_Toc377738888)

[9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU. 34](#_Toc377738889)

[9.1.1 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 34](#_Toc377738890)

[9.1.2 Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 34](#_Toc377738891)

[9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula. 34](#_Toc377738892)

[9.2.1 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 34](#_Toc377738893)

[9.2.2 Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 34](#_Toc377738894)

[9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna. 34](#_Toc377738895)

[9.4 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas. 34](#_Toc377738896)

[9.4.1 Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 34](#_Toc377738897)

[9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno e também. 34](#_Toc377738898)

[9.5.1 Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 34](#_Toc377738899)

[9.6 Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012. 35](#_Toc377738900)

[9.6.1 Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV 35](#_Toc377738901)

[10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 35](#_Toc377738902)

[10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas. 35](#_Toc377738903)

[10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade. 35](#_Toc377738904)

[10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade. 35](#_Toc377738905)

[11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 35](#_Toc377738906)

[11.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade. 35](#_Toc377738907)

[11.2 Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão. 36](#_Toc377738908)

[11.2.1 Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 36](#_Toc377738909)

[11.2.2 Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 36](#_Toc377738910)

[11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. 36](#_Toc377738911)

[11.4 Não se aplica 36](#_Toc377738912)

[11.5 Não se aplica 36](#_Toc377738913)

[11.6 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela entidade. 36](#_Toc377738914)

[12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 36](#_Toc377738915)

[12.1 Informações não exigidas neste Anexo que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício. 36](#_Toc377738916)

# APRESENTAÇÃO

Em cumprimento aos princípios da Administração Pública e demais determinações reguladoras e normativas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM apresenta suas ações desenvolvidas durante o exercício de 2013.

O presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas está subsidiado nas determinações constantes nas legislações pertinentes, bem como nas orientações do Fórum dos Pró-Reitores de Administração e Planejamento – FORPLAN e do órgão de assessoramento do Conselho de Dirigentes dos Institutos Federais - CONIF, que dão respaldo a este documento, cujo mérito consiste no fato de ser resultado da interação com as comunidades interna e externa, numa atitude de extremo respeito ao crédito financeiro e político que esta Gestão recebe da sociedade, a genuína mantenedora do bem público.

Em 2013 o IFAM desenvolveu sua atividades complementares em Manaus e seus campi no interior do estado, os quais fazem parte da expansão fase I e II. Neste ano, ainda foram realizadas as licitações das Obras das expansões Fase III, que constam com quatro campi nos municípios de Itacoatiara, Tefé, Humaitá e Eirunepé. Atualmente o IFAM é responsável por Obras nos estados do Acre e Porto Velho.

O Departamento de Engenharia atuou de forma a cumprir grande parte dos contratos e obras em andamento, foram realizados os recebimentos provisórios: Prédio da Reitoria, Piscinas Semi-olímpicas de Tabatinga, Maués, Lábrea e Parintins, Coari, Alojamento de SGC, Ginásio Elias Bezencry – CMC, Biblioteca do CMDI, Laboratórios de Lábrea, etc. Atualmente, o Departamento de Engenharia, está trabalhando com a Expansão fase III, e reformas das obras: Manacapuru, Eirunepé, Humaitá. No estado do Acre – Campus Cruzeiro do Sul (recebimento Provisório) e Sena Madureira – 57% da obra concluída, no estado de Porto Velho o Campus Porto Velho – 82%. Além do projeto do estacionamento do Prédio da reitoria, Construção do bloco de sala de aula do CMDI, entre outros, contribui ainda, com outros setores como apoio a licitação, responder documentos para os órgão de controle, como TCU, CGU e MP. Vale ressaltar, que o Departamento de engenharia tem um número exíguo de profissionais para atender essas demandas, as quais são executadas de forma a primar sempre pela solidez, qualidade, economicidade e segurança visando sempre o desenvolvimento sustentável para atingir os três segmentos da educação tecnológica: ensino, pesquisa e extensão.

Habitualmente, todas as ações empreendidas pela Instituição acham-se rigorosamente atreladas aos princípios constitucionais da Lei n.º 9.394/96 – das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislações que regem a Educação Profissional e Tecnológica, políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

Os resultados expostos a seguir refletem o esforço desta gestão e exibem a dedicação para promover Educação Profissional de qualidade no continental Estado do Amazonas.

Ressaltamos que os itens referentes às informações sobre a renúncia tributária e gestão de precatórios contidas na Decisão Normativa TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012, não se aplicam à natureza desta UJ. Também, informamos que não são apresentadas informações sobre suprimentos de fundo, relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência de concurso público, ou distribuição espacial de bens imóveis de uso especial locados a terceiros, tendo em vista que não existiram ocorrências no exercício de 2012.

# IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Este capítulo tem como objetivo identificar o IFAM em aspectos orçamentários e de gestão. O subitem 1.1 trata da identificação da unidade jurisdicionada, informando os códigos SIAFI, SIORG e Unidades Gestoras das unidades.

Os subitens seguintes apresentam o IFAM em aspectos de gestão, informando a finalidade e competências institucionais (1.2), o organograma funcional (1.3), os macroprocessos finalísticos (1.4), e por fim, as instituições parceiras da gestão.

## Identificação da unidade

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão INDIVIDUAL | | | | | | | | | | | | | |
| Poder e Órgão de Vinculação | | | | | | | | | | | | | |
| Poder: Executivo | | | | | | | | | | | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Educação | | | | | | | | | | | **Código SIORG**: 244 | | |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora | | | | | | | | | | | | | |
| Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas | | | | | | | | | | | | | |
| Denominação Abreviada: IFAM | | | | | | | | | | | | | |
| Código SIORG: 100910 | | | | Código LOA: 26403 | | | | | | **Código SIAFI:** 158142 | | | |
| Situação: ativa | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza Jurídica: Autarquia Federal | | | | | | CNPJ: 10.792.928/0001-00 | | | | | | | |
| Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico | | | | | | | | | | **Código CNAE:** 8542-2 | | | |
| Telefones/Fax de contato: | | | (092) 3621-6700 | | | | (092) 3621-6754 | | | | | (092) 3621-6703 | |
| Endereço Eletrônico: gabinete@ifam.edu.br | | | | | | | | | | | | | |
| Página na Internet: http://www.ifam.edu.br | | | | | | | | | | | | | |
| Endereço Postal: Av. Sete de Setembro, 1975, Centro, CEP 69020-120 – Manaus / AM | | | | | | | | | | | | | |
| Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas | | | | | | | | | | | | | |
| Nome | CNPJ | | | | Código SIAFI | | | | Situação | | | | Código SIORG |
| Reitoria | 10.792.928/0001-00 | | | | 158142 | | | | ativa | | | | 103731 |
| Campus São Gabriel da Cachoeira | 10.792.928/0011-81 | | | | 158273 | | | | ativa | | | | 3917 |
| Campus Manaus Zona Leste | 10.792.928/0004-52 | | | | 158444 | | | | ativa | | | | 103743 |
| Campus Manaus Centro | 10.792.928/0005-33 | | | | 158445 | | | | ativa | | | | 103742 |
| Campus Manaus Distrito Industrial | 10.792.928/0006-14 | | | | 158446 | | | | ativa | | | | 103744 |
| Campus Coari | 10.792.928/0008-86 | | | | 158447 | | | | ativa | | | | 103745 |
| Campus Parintins | 10.792.928/0003-71 | | | | 158560 | | | | ativa | | | | 103751 |
| Campus Tabatinga | 10.792.928/0009-67 | | | | 158561 | | | | ativa | | | | 103750 |
| Campus Presidente Figueiredo | 10.792.928/0007-03 | | | | 158562 | | | | ativa | | | | 103747 |
| Campus Maués | 10.792.928/0010-09 | | | | 158563 | | | | ativa | | | | 103749 |
| Campus Lábrea | 10.792.928/0002-90 | | | | 158564 | | | | ativa | | | | 103748 |
| Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas | | | | | | | | | | | | | |
| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas | | | | | | | | | | | | | |
| Lei n.º 11.892 de 29/12/2008 | | | | | | | | | | | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas | | | | | | | | | | | | | |
| Resolução IFAM n.º 02 de 28/03/2011 | | | | | | | | | | | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas | | | | | | | | | | | | | | |
| Manual das orientações para o Planejamento do IFAM  INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2013, de 20 de setembro de 2013 - Estabelece orientações, procedimentos, critérios e padrões a serem adotados no cadastro e monitoramento de obras informadas no SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - Módulo Monitoramento de Obras. | | | | | | | | | | | | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas | | | | | | | | | | | | | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | | | | | | | | | | | | |
| Código SIAFI | | Nome | | | | | | | | | | | | |
| 158273 | | Campus São Gabriel da Cachoeira | | | | | | | | | | | | |
| 158444 | | Campus Manaus Zona Leste | | | | | | | | | | | | |
| 158445 | | Campus Manaus Centro | | | | | | | | | | | | |
| 158446 | | Campus Manaus Distrito Industrial | | | | | | | | | | | | |
| 158447 | | Campus Coari | | | | | | | | | | | | |
| 158560 | | Campus Parintins | | | | | | | | | | | | |
| 158561 | | Campus Tabatinga | | | | | | | | | | | | |
| 158562 | | Campus Presidente Figueiredo | | | | | | | | | | | | |
| 158563 | | Campus Maués | | | | | | | | | | | | |
| 158564 | | Campus Lábrea | | | | | | | | | | | | |
| Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas | | | | | | | | | | | | | | |
| Código SIAFI | | Nome | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus São Gabriel da Cachoeira | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Manaus Zona Leste | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Manaus Centro | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Manaus Distrito Industrial | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Coari | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Parintins | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Tabatinga | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Presidente Figueiredo | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Maués | | | | | | | | | | | | |
| 26403 | | Campus Lábrea | | | | | | | | | | | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | | | | | | | | | | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | | | | | | | Código SIAFI da Gestão | | | | | | |
| 158273 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158444 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158445 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158446 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158447 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158560 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158561 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158562 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158563 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |
| 158564 | | | | | | | | 26403 | | | | | | |

## Finalidade e competências institucionais da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) instituída através da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O Decreto Nº 7.566 de 23/09/1909 criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Essas Escolas atualmente fazem parte da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, criada pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFAM foi criado nos termos do item IV, do artigo 5º da Lei Nº 11.892/2008 e o estabelecimento dos campi, conforme consta no anexo, item IV, da Portaria Nº 4, de 6 de janeiro de 2009. Conforme o Art. 6° da Lei Nº 11.892/2008, a finalidade do IFAM:

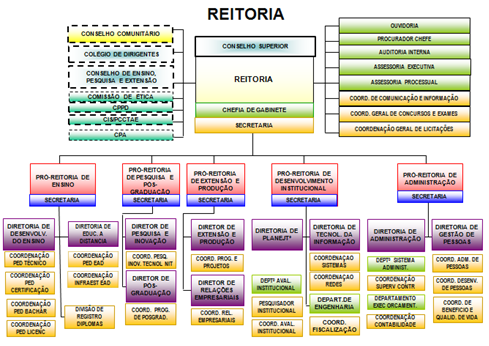
1. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
2. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
3. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
4. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
5. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
6. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
7. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
8. realizar e estimular a pesquisa básica e aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo,o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
9. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas dispõe de Estatuto aprovado pela Portaria Nº 373/IFAM, de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 1 de setembro de 2009 e Regimento Geral – Resolução Nº 2, CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, seção 1. O IFAM, em sua atuação, observa os princípios norteadores, a seguir:

1. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
2. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
3. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
4. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
5. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

## 1.3 Organograma funcional

A figura abaixo representa a estrutura formal da Reitoria do IFAM através do organograma institucional. Salienta-se que abaixo da Reitoria se encontram as Diretorias dos Campi os quais, por sua vez, tem seu próprio organograma, não apresentado neste Relatório.



**Conselho Superior** – órgão máximo da Instituição

**Colégio de dirigentes** - órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, de caráterconsultivo e presidido pelo Reitor.

**Reitoria -** A Reitoria é o órgão executivo do IFAM, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

**Gabinete** - é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

**Procuradoria Jurídica** - órgão de execução integrante da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Reitoria e à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, incumbida de prestar assessoramento e consultoria jurídica aos órgãos superiores da Administração do IFAM.

**Auditoria Interna** - o órgão de controle sistêmico, vinculado ao Conselho Superior do IFAM.

**Ouvidoria** - o órgão de assessoramento da Reitoria responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações da comunidade interna ou externa.

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO** - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as implantações ou implementações das estratégias, diretrizes e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFAM.

**Diretoria de Administração** - responsável pelas atividades relacionadas à administração, à supervisão, à execução e à avaliação da política de administração financeira e orçamentária do IFAM.

**Diretoria de Gestão de Pessoas** - responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de gestão de pessoas do IFAM.

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO** - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades no âmbito das estratégias, diretrizes e políticas do Ensino, nas suas diversas modalidades, com prioridade para a Educação Profissional e Tecnológica, além das ações relacionadas ao apoio, ao desenvolvimento do ensino e ao estudante do IFAM

**Diretoria de Ensino de Graduação -** responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução das políticas, diretrizes e estratégias do ensino de Graduação do IFAM.

**Diretoria de Ensino Médio e Técnico -** propor a atualização das diretrizes e regulamentos, assessorar na aplicação dos mesmos, fornecer orientação e apoio aos Campi na execução dos regulamentos e normas, manter atualizados, junto aos órgãos governamentais, os credenciamentos e as informações dos cursos, acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas, acompanhar o trâmite de processos internos e organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos.

**Diretoria de Educação a Distância -**  coordenar as ações e projetos institucionais desenvolvidos com uso de tecnologias de educação à distância, desenvolver ações com vistas à capacitação docente, disseminar a utilização educacional das tecnologias da informação e da comunicação na Instituição, elaborar projetos e relatórios, planejar e executar programas de inclusão educacional, promover o desenvolvimento e a utilização de tecnologias educacionais e multimídia no ensino, na pesquisa, na extensão, propor e acompanhar a implantação de projetos e superintender ações quanto à prestação de contas referentes aos projetos de educação à distância financiados por instituições externas.

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA** - órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e políticas de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações e intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia do IFAM.

**Diretoria de Pós-Graduação -** prestar apoio e orientação aos Campi no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos , fornecer orientação e apoio aos Campi na execução dos regulamentos e normas, assessorar a pró-reitoria na aplicação e atualização das diretrizes e regulamentos , elaborar editais e regulamentos, orientar os Campi nas questões internas e externas relacionadas aos cursos , organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos, avaliar e supervisionar o regulamento geral dos programas, implementar os planos de formação e aperfeiçoamento, propor os regulamentos, orientar, coordenar e avaliar as atividades acadêmicas, zelar pelo cumprimento dos regulamentos e normas, analisar a adequação dos projetos dos cursos e acompanhar os processos de avaliação dos cursos.

**Diretoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica -** fornecer orientação e apoio aos Campi na execução dos regulamentos e editais, criar o núcleo de inovação tecnológica, assessorar a Pró-Reitoria na aplicação e atualização das diretrizes , promover ações para a proteção das inovações tecnológica geradas no âmbito do IFAM, acompanhar o desenvolvimento dos projetos e coordenar o programa institucional de qualificação docente.

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO -** órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e as políticas de extensão, inovação e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e a pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais ligados ao IFAM.

**Diretoria de Extensão e Produção –** responsável por assegurar a participação da Instituição em atividades de extensão social, estabelecer as diretrizes para implementação da política de desenvolvimento de atividades de extensão e produção, planejar, apoiar, supervisionar e avaliar as atividades, estabelecer programas junto à comunidade externa, coordenar a formulação de uma política institucional, supervisionar consultorias, assessorias e a prestação de serviços e apoiar/coordenar a prestação de serviços no âmbito de consultorias e assessorias

**Diretoria de Relações Interinstitucionais e Comunitárias** – responsável por desenvolver a política de cooperação da Instituição, definir diretrizes para implementação nos Campi, normatizar os processos, fomentar a criação de instrumentos de acompanhamento do itinerário profissional e acadêmico do egresso, apoiar a interação das áreas acadêmicas dos Campi com o mundo do trabalho, incentivar a realização de consultorias, assessorias e apoios tecnológicos, acompanhar as atividades de extensão, fomentar e apoiar as iniciativas institucionais para a formação empreendedora e de proteção à propriedade intelectual, fomentar projetos sociais que agreguem ações, técnicas e metodologias e promover e gerir a realização de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, destinadas à comunidade

**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL -** órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e supervisiona as estratégias, diretrizes e políticas de desenvolvimento institucional e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Campi do IFAM.

**Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação -** órgão responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação da política de Tecnologia da Informação do IFAM.

**Diretoria de Planejamento -** órgão superior da Reitoria responsável pelas atividades relacionadas ao planejamento, à supervisão, à execução e à avaliação das ações do desenvolvimento Institucional no IFAM.

## Macrosprocessos finalísticos da unidade

**Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PPGI**

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PPGI, fomenta e acompanha as atividades e políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações e intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia do IFAM.

Principais ações ligadas às atividades fim da PPGI pertinentes a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica realizadas em 2013 serão apresentadas :

**1. Programas de Iniciação Científica – PIBICJr/FAPEAM, PAIC/FAPEAM, PIBIC CNPq, PIBIC/IFAM, PIBICJr/IFAM e PIBIT CNPq.**

A instituição desenvolve pesquisa científica e tecnológica realizada por seu quadro profissional e por estudantes do ensino profissional, técnico, tecnológico e licenciatura, com a consequente difusão desse conhecimento, por meio dos cursos de nível técnico, tecnológico, licenciatura e pós-graduação.

Como forma de possibilitar aos servidores pesquisadores que ainda não possuem titulação suficiente para concorrer a financiamento em órgãos de fomento como a FAPEAM e o CNPq, O IFAM por meio da PRPPGI criou os Programas de Iniciação Científica PIBIC /IFAM e PIBIC Jr/IFAM disponibilizando em 2013  **noventa e oito (98) bolsas (Tabela) para os *Campi* do IFAM, com o objetivo de:**

* Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
* Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País, e
* Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.
* **PIBIC/IFAM -– Programa de Bolsas de Iniciação Científica**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino de Graduação (PAIC-IFAM) visa o desenvolvimento de projetos científicos tecnológicos aprovados pela Diretoria/Coordenação de Pesquisa do Campus com estudantes do Ensino de Graduação e não obtiveram bolsas de órgãos de fomento como FAPEAM e CNPq.

* **PIBICJR/IFAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio e Técnico**

O PIBIC-IFAM visa o desenvolvimento de projetos científicos tecnológicos aprovados pela Diretoria/Coordenação de Pesquisa de seu Campus com estudantes do Ensino médio que não obtiveram bolsas de órgãos de fomento como FAPEAM e CNPq.

Outros programas de Iniciação Científica financiados por agencias de fomentos são disponibilizados para os usuários ou clientes do IFAM como:

* **PIBITI/CNPq - Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.

* **PIBIC/CNPq – Programa de Bolsas de Iniciação Científica**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de IC é concedida diretamente às instituições, estas são responsáveis pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

* **PAIC/FAPEAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica**

O programa consiste em apoiar, com recursos financeiros e bolsas institucionais, estudantes de graduação interessados no desenvolvimento de pesquisa em instituições públicas e privadas do Amazonas.

* **PIBIC JR/FAPEAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio Técnico**

O programa consiste em apoiar, com recursos financeiros e bolsas institucionais, estudantes de ensino médio e técnico no desenvolvimento de pesquisa em instituições públicas e privadas do Amazonas.

Assim a instituição fortalece o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos e desenvolve atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.

A tabela abaixo apresenta os valores para descentralização de recursos para os câmpus referente ao pagamento das bolsas dos Programas PIBIC Jr e PAIC por campus do IFAM.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Campus** | **Programa de IC** | **Nº Bolsas IC** | **Valor Unit. (R$)** | **V.Total por mês**  **(R$)** | **Duração da Bolsa 12 meses (R$)** |
| CC | PIBICJr | 03 | 120,00 | 360,00 | 4.320,00 |
| CL | PIBIC Jr | 12 | 120,00 | 1.440,00 | 17.280,00 |
| CMC | PIBICJr | 10 | 120,00 | 1.200,00 | 14.400,00 |
| CMZL | PIBICJr | 15 | 120,00 | 1.800,00 | 21.600,00 |
| CM | PIBIC Jr | 10 | 120,00 | 1.200,00 | 14.400,00 |
| CP | PIBICJr | 10 | 120,00 | 1.200,00 | 14.400,00 |
| CPF | PIBICJr | 03 | 120,00 | 360,00 | 4.320,00 |
| CSGC | PIBIC Jr | 15 | 120,00 | 1.800,00 | 21.600,00 |
| CT | PIBICJr | 10 | 120,00 | 1.200,00 | 14.400,00 |
| CMC | PAIC | 10 | 400,00 | 4.000,00 | 48.000,00 |
|  | | 98 |  | | 174.720,00 |
| **TOTAL R$ 174.720,00** | | | | | |

**PAIC –** Programa de Apoio de Iniciação Ciêntífica na Graduação**; PIBIC Jr-** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica junior – Ensino Técnico

Número de bolsas dos programas IFAM, CNPq e FAPEAM

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CAMPUS** | **FAPEAM** | | **CNPq** | | **IFAM** | | **TOTAL BOLSAS** |
| **PAIC** | **PIBIC Jr** | **PIBIC** | **PIBIT** | **PIBIC** | **PIBIC Jr** |
| *CMC* | 14 | 4 | 1 | 1 | 10 | 10 | **40** |
| *CMZL* | 14 | 20 | 1 | - | - | 15 | **50** |
| *CMDI* | 10 | 10 | 1 | 1 | - | - | **22** |
| *CC* | - | 13 | - | - | - | 3 | **16** |
| *CL* | - | 10 | - | - | - | 12 | **22** |
| *CM* | - | 10 | - |  | - | 10 | **20** |
| *CP* | - | - | - | - | - | 10 | **10** |
| *CPF* | - | 12 | - | - | - | 3 | **15** |
| *CSGC* | - | - | - | - | - | 15 | **15** |
| *CT* | - | 15 | - | - | - | 10 | **25** |
| **TOTAL** | **34** | **98** | **3** | **2** | **10** | **88** | **235** |

O número de bolsas corresponde o número de projetos de pesquisa, portanto, 235 projetos (um por aluno).

**2. Programa de Auxílio aos Projetos de Iniciação Científica - Custeio**

Auxílio ao custeio de projetos de pesquisa com bolsas para alunos da graduação e médio/técnico concedido pelo CNPq e pelo IFAM, visando o objetivo estratégico definido pela instituição para **Consolidar Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica** e o apoio no sentido de descentralizar recurso financeiro para cada campus é a principal ação a fim de que possamos viabilizar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

Informamos que os valores especificados por campus na tabela anexa referem-se a:

1. 40% do valor anual de bolsa recebida para cada aluno que executa um projeto do programa PIBIC-Jr IFAM e PIBIC EM (R$ 480,00 por projeto);
2. 20% do valor anual de bolsa recebida para cada aluno que executa um projeto do PIBIC CNPq, PIBITI CNPq e PAIC IFAM (R$ 864,00 por projeto).

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Campus** | **Programa de IC** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor recebido em 12 meses** | **Auxilio ao projeto (40% do valor total recebido em 12 meses** | **Número de Projetos** | **Valor total do auxilio ao projeto por campus** |
| **CMC** | PIBICJr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **10** | 5.760,00 |
| **CMC** | PAIC | 400,00 | 4800,00 | 960,00 | **10** | 9.600,00 |
| **CC** | PIBIC Jr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **03** | 1.728,00 |
| **CL** | PIBICJr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **12** | 6.912,00 |
| **CMZL** | PIBIC Jr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **15** | 8.640,00 |
| **CM** | PIBICJr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **10** | 5.760,00 |
| **CP** | PIBIC Jr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **10** | 5.760,00 |
| **CPF** | PIBICJr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **03** | 1.728,00 |
| **CSGC** | PIBIC Jr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **18** | 10.368,00 |
| **CT** | PIBICJr | 120,00 | 1440,00 | 576,00 | **10** | 5.760,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **61.016,00** |

## CMC – Campus Manaus Centro; CC- Campus Coari; CL-Campuys Lábrea; CMZL- Campus Manaus Zona Leste; CM- Campus Maués; CP- Campus Paríntins; CPF-Campus São Gabriel da Cachoeira e CT- Campus Tabatinga

1. Projetos de Pesquisa Desenvolvidos no IFAM 2012/2013 que não estão inclusos nos Programas de Iniciação Científica

O Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica (PI-IPCIT) do IFAM está focado no apoio aos projetos de pesquisa e aos servidores interessados no desenvolvimento de Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica.

O investimento total do PCIT é de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) financiados pelo IFAM para o período de 2012-2013. O recursos por projeto aprovado no Edital PI-IPCIT 2012/PPGI/IFAM foi disponibilizado para o coordenador do projeto em 3 cotas, sendo duas pagas no ano 2012 e a 3ª. Cota em 2013, conforme apresentado na Tabela abaixo. O recurso visa fomentar projetos de pesquisa, com base nos critérios de seleção estabelecidos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome do Servidor** | **Projeto de Pesquisa** | **Total R$** | **Execução (a partir de)** | |
| Jackson  Pantoja Lima | Padrões de uso do solo nos anos 2002 e 2012 e sua relação na estruturação das comunidades de peixes de igarapés no município de Presidente Figueiredo | 8.000,00 | 4.000,00 | 28/08/2012 |
| 3.000,00 | 27/12/2012 |
| **1.000,00** | **27/06/2013** |
| Lucilene da  Silva Paes | Inter-relação entre aspectos estruturais e a microbiotica fúngica endofítica nas folhas de plantas utilizadas na medicina popular | 8.000,00 | 4.000,00 | 28/08/2012 |
| 3.000,00 | 27/12/2012 |
| **1.000,00** | **27/06/2013** |
| Paulo Henrique  R. Aride | Preferência alimentar de pescado na alimentação dos moradores de Presidente Figueiredo | 8.000,00 | 4.000,00 | 28/08/2012 |
| 3.000,00 | 27/12/2012 |
| **1.000,00** | **27/06/2013** |
| Joiada M.  da Silva Linhares | Geoprocessamento aplicado ao diagnóstico do uso e cobertura da terra no trecho inicial da rodovia transamazônica (BR-230) no município de Lábrea-Amazonas | 5.000,00 | 2.000,00 | 28/08/2012 |
| 2.000,00 | 27/12/2012 |
| **1.000,00** | **27/06/2013** |
| Andréa B. L.. Silva | Autômato celular: um estudo do fluxo dos rios Amazônicos | 5.000,00 | 2.000,00 | 28/08/2012 |
| 2.000,00 | 27/12/2012 |
| **1.000,00** | **27/11/2013** |
| Aline C. de Freitas | Estudo da qualidade da água de Coari-AM através de análises fisico-químicas e microbiológicas e correlação com doenças causadas por vias hídricas | 5.000,00 | 2.000,00 | 28/08/2012 |
| 2.000,00 | 27/12/2012 |
| **1.000,00** | **27/06/2013** |
| **TOTAL** | | | **6.000,00** |  |

**4. Apoio, Promoção e Participação em Evento Científico**

* Dez propostas de Plano de Trabalho foram submetidos ao **EDITAL SNCT Nº003/2012 – PR PPGI/IFAM. A** seleção de propostas de plano de trabalho teve como **objetivo apoiar a realização da 10ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no IFAM, sob o Tema: Ciência, Saúde e Lazer**. O edital previu a concessão de recursos para despesas de custeio relacionados à organização do evento.

O investimento total para o referido evento foi de R$ 95.636,50 financiados pelo IFAM e distribuídos de acordo com a Tabela a baixo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Campus** | **Coordenador do Evento** | **Valor R$** |
| **CMC** | Josias Cariolano de Freitas | 10.000,00 |
| **CMDI** | Luiz Henrique Claros Junior | 10.000,00 |
| **CC** | Vlamir do Nascimento Seabra | 7.000,00 |
| **CL** | Ricardo Bento | 10.000,00 |
| **CMZL** | Eliana Pereira Elias | 9.000,00 |
| **CM** | Fredy Veras dos Santos | 10.000,00 |
| **CP** | Vera Lúcia da Silva Marinho | 9.637,00 |
| **CPF** | Jackson Pantoja Lima | 9.999,50 |
| **CSGC** | Vinicius Rematoso Mayer | 10.000,00 |
| **CT** | Ercivam Gomes de Oliveira | 10.000,00 |
| **Total** | | **95.636,50** |

* Participação de Alunos da iniciação científica com trabalho aceito no VII Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica-CONNEPI 2013.

O VI Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI 2013 é um evento anual promovido pela Rede Norte Nordeste de Educação Profissional e Tecnológica e pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação. Reconhecendo a importância do evento na consolidação da pesquisa e da publicação científica no IFAM. Os alunos e professores que aprovaram trabalhos no evento foram selecionados por meio do Edital Nº 003/2013 PRPPGI/IFAM VIII CONNEPI. A Tabela a baixo especifica o número de professores e alunos selecionados por campus, além da distribuição do recurso por campus.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Campus** | **Valor Unitário (R$)** | **Participantes** | **Total (R$)** |
| CMC /  CMDI | 2.490,00 | 14 alunos | 34.860,00 |
| 2.986,00 | 3 professores | 8.958,00 |
| CM | 2.860,00 | 3 alunos | 8.850,00 |
| 3.570,00 | 2 professores | 7.140,00 |
| CP | 2.990,00 | 3 alunos | 8.970,00 |
| 3.610,00 | 2 professores | 7.220,00 |
| CPF | 2.690,00 | 1 alunos | 2.690,00 |
| 3.310,00 | 1 professor | 3.310,00 |
| PC | 2.790,00 | 1 aluno | 2.790,00 |
| 3.410,00 | 1 Professor | 3.410,00 |
| CSGC | 5.190,00 | 4 alunos | 20.760,00 |
| 5.8410,00 | 2 Professores | 11.620,00 |
| CMZL | 2.490,00 | 1 aluno | 2.490,00 |
| 2.986,00 | 2 Professores | 5.972,00 |
| **CL** | 4.810,00 | 1 Professor | 4.810,00 |
| **Sub Total** | | | **4.810,00** |
| **Total Geral** | | | **133.850,00** |

* Participação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – 65ª SBPC.

A Pró-reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação com o intuito de fomentar a participação de docentes e estudantes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas com trabalhos de pesquisa de reconhecido valor promoveu a participação de 19 estudantes e 3 professores dos *Campi* da Capital e do Interior na 65ª SBPC, no período de 21 a 26.07.2013, que ocorreu na cidade de Recife estado de Pernambuco, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, conforme especificado na Tabela a baixo.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CÃMPUS** | **Alunos** | **Valor Unitário** | **Total R$** | |
| CMC | 6 | R$ 1350,00 | 11.100,00 | |
| Diárias | 6 |
| Passagem Aérea  **Mao-Recife-Mao** | 5 |
| CMDI | 2 | R$ 1350,00 | 3.700,00 | |
| Diárias | 6 |
| Passagem Aérea  **Mao-Recife-Mao** | 2 |
| CMZL | 2 | RS 1350,00 | 3.700,00 | |
| Diárias | 6 |
| Passagem Aérea  **Mao-Recife-Mao** | 2 |
| CC | 2 | R$ 1850,00 | 4.900,00 | |
| **Diárias** | 7 |
| **Passagem Aérea (Co-Mao-Co)**  **Passagem Aérea Mao-Recife-Mao** | 2  2 |
| CM | 2 | R$1850,00 | 5.100,00 |
| **Diárias** | 8 |
| **Passagem Fluvial (Barco)**  **Maués-Manaus-Maués**  **Passagem Aérea Mao-Recife-Mao** | 2  2 |
| CP | 2 | R$ 2850,00 | 5.100,00 | |
| **Diárias** | 8 |
| **Passagem Aérea – Parintins-Manaus-Parintins**  **Pass. Aérea - Mao-Recife-Mao** | 2  2 |
| CSGC | 2 | R$ 2850,00 | 3.550,00 | |
| **Diárias** | 8 |
| **Passagem Aérea – Parintins-Manaus-Parintins**  **Passagem Aérea Mao-Recife-Mao** | 1  1 |
| CT | 2 | R$ 1350,00 | 6.500,00 |
| **Diárias** | 8 |
| **Passagem Aérea - Tabatinga-Manaus Tabatinga**  **Passagem Aérea- Mao-Recife-Mao** | 2  2 |
| DOCENTES PARTICIPANTES DA PR-PPGI e CMDI | | | |
| Ana Mena Barreto Bastos | | | |
| Gyovanni Augusto Aguiar Ribeiro | | | |
| Diego Câmara Sales | | | |
| Diárias – Qtd: 6 / Valor Unitário: R$ 224,00 | | | |
| Passagem Aérea (Mao – Recife-Mao) Qtd:3 / Valor Unitário R$ 1250,00 | | | |
| Total Docentes R$ 7.782,00 | | | |
| **Total Geral R$ 51.432,00** | | | |

**5. Publicação da Produção Científica, Acadêmica do IFAM/2013**

* Revista Igapó

Publicação da Revista Igapó edição 6 com artigos que são resultados de trabalhos dos servidores do Programa de Mestrado de Engenharia de Produção da UFAM em convênio com o IFAM

**6. Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu**

O IFAM oferece 200 vagas para cursos de Especilaização em PROEJA, na modalidade EAD com as linhas de estudo em Educação do campus, em Educação Indígena em Educação para a Indústria.

22 vagas no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Física e 12 no Progarma de Mestrado em Ensino Tecnológico.

No ano de 2013, o IFAM liberou por meio de Portaria dez (10) servidores para participação em programa de Doutorado e dezesete (17) para a participação em programa de Mestrado em Instituições de Ensino fora da cidade de Manaus.

**Monitoramento das ações implementadas pela PPGI**

Os bolsistas da Iniciação Científica do IFAM são selecionados a partir da submissão de projeto de pesquisa ao edital específico de cada campus. Cada bolsista é orientado por um professor/pesquisador que ao final dos 6 meses de bolsa apresenta relatório parcial e ao final, apresenta o resultado da pesquisa para avaliação do Comitê Técnico Científico do Campus. Os resultados são avaliados na Jornada Técnico Científico que ocorre todos os anos nos *campi* do IFAM, coordenado pela Coordenadoria de Pesquisa do campus.

Todas ações de PRPPGI relacionadas a financiamento para a participação de evento são avaliadas e controladas pela entrega de relatórios individuais de professores e alunos, onde os mesmos anexam certificados de participação e de apresentação de trabalhos.

As parcerias estabelecidas entre as instituições para capacitação de servidores em nível de Mestrado e Doutorado são acompanhadas por meio de relatórios parciais e final.

## Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade

Os macroprocesso de apoio, essenciais ao funcionamento do IFAM para que este possa executar os processos finalísticos, são suportados pelas Pró-Reitorias de Administração e de Desenvolvimento Institucional. O quadro abaixo apresenta os principais Macroprocessos de apoio:

|  |
| --- |
| Macroprocessos de apoio |
| Resultado: Promover o desenvolvimento institucional com responsabilidade socioambiental e inovação gerencial e tecnológica. |
| Planejamento, coordenação, avaliação e controle das políticas relativas ao desenvolvimento institucional. |
| Coordenação das atividades de avaliação institucional e de controle de dados institucionais |
| Planejamento e coordenação de atividades de articulação sistêmica do IFAM |
| Gestão do ambiente e da segurança da rede e de gestão tecnológica |
| Implantação de sistema gestão institucional (SGD.) |
| Planejamento da aquisição de softwares, hardware e/ou serviços de TI. |
| Implantar e coordenar programas de responsabilidade ambiental. |
| Medidas que abrangeram a Cooperação Técnica de dois servidores para a DGTI e designação de Comissão para o monitoramento, levantamento e organização de informações, definição de fluxos internos de tramitação de pedidos de acesso, desenvolvimento de área de Acesso à Informação. |

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

**São competências da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:**

1. Implementar ações visando ao constante aprimoramento do processo de captação e de atualização de dados institucionais;
2. Coletar, analisar, disponibilizar e manter atualizados os indicadores de desempenho, dados e estatísticas do IFAM;
3. Elaborar e dar ampla publicidade aos produtos que retratem e possibilitem uma análise do desenvolvimento institucional do IFAM;
4. Coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, de forma participativa e em consonância com a política estabelecida pelos órgãos superiores;
5. Orientar e apoiar os Campi na elaboração dos seus Planos de Gestão;
6. Orientar em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração a elaboração do orçamento dos Campi, em conformidade com o Plano de Ação/Plano Estratégico;
7. Coordenar a execução das políticas de recursos humanos em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração;
8. Elaborar o Plano de Ação/Plano Estratégico de sua Pró-reitoria, de acordo com as diretrizes gerais do IFAM;
9. Coordenar e controlar o orçamento de sua Pró-reitoria, contida no Plano de Ação/Planejamento Estratégico;
10. Apresentar a Reitoria o relatório anual das atividades desenvolvidas pela sua Pró-Reitoria;
11. Coordenar, superintender e exercer as atividades e funções que lhe forem delegadas pela Reitoria;
12. Representar o IFAM nos fóruns específicos e quando se fizer necessário;
13. Atuar na articulação da Reitoria com os Campi;
14. Atuar no planejamento estratégico do Instituto Federal, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos Campi;
15. Colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os Campi, quanto aos planos de investimentos do Instituto Federal;
16. Propor alternativas organizacionais, visando o constante aperfeiçoamento da gestão do Instituto Federal;
17. Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição;
18. Zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos do Instituto Federal;
19. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Além de buscar fomentar o desenvolvimento sustentável da Instituição através da política de articulação entre os campi, o que visa facilitar a socialização das normatizações para a execução da inserção de dados nos sistemas, multiplicando o conhecimento para o desempenho das atividades, e garantia de maior confiabilidade das informações, por meio de ferramentas fundamentadas na legislação vigente.

MATRIZ DE PROJETOS E AÇÕES

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Projeto** | **Ações** | **Sistema e Metodologia** |
| RACIONALIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS | 1 - Análise de processos e redesenho de modelos. | SUAP  Redmine  Portal do IFAM |
| APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DO IFAM | 1-Gestão de informações orga-nizacionais.  2-Memória das demandas admi-nistrativas  3-Estabelecer um procedimento de registro, consulta e recuperação das informações. | SUAP  Redmine |
| MODELO DE GESTÃO DE TI | 1–Fortalecimento da Gestão para Governança de TI para apoiar Planos Estratégicos de Gestão e Planejamento. | Soluções de T.I  Equipamentos  Serviços |
| AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL | 1–Descrição detalhada e análise crítica de todo o processo de avaliação interna e/ou externa. | Indicadores  Parâmetros |
| ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL | 1–Planejamento Estratégico  2–PDI  3–Plano de Ação Anual  4–PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação)  5–PETI (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação) | Geplanes  Portal do IFAM  SUAP  Redmine |
| SISTEMAS INTEGRANTES | 1 – Mapeamento Fluxo de processos.  2 – Automatização de processo. | Portal do IFAM.  SUAP (automatiza processos). |
| DIVULGAÇÃO | 1– Divulgação de Manuais de Instrução, Cartilhas, etc.  2– Prestar informações, esclarecimentos e orientações. | Portal do IFAM. |
| GESTÃO AMBIENTAL | 1– Racionalização dos gastos.  2 – Apresentação de melhores práticas de gestão do gasto público.  3 – Boas práticas dos servidores. | Termo de Referência para implantação da coleta seletiva dos Campi. |

**Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos**

Durante o ano de 2013 basicamente trabalhou-se na execução das ações a partir de definições das unidades executoras em conjunto com os setores administrativos e acadêmicos.

Trabalhou-se no atendimento as necessidades latentes das unidades. Essas necessidades basicamente relacionaram-se à infraestrutura para as atividades finalísticas e meio. Nesse sentido foram elencadas prioridades, nos campi, e a partir delas, autorizada a execução. Neste contexto foram definidas as ações a serem implementadas nos campi e Reitoria.

A tomada de decisão se deu geralmente em processo democrático a partir das demandas levantadas pelos setores envolvidos no processo. Deve-se ressaltar que a grande maioria dessas demandas oriundas do dia-a-dia nos campi, principalmente no que tange ao gasto com despesas de custeio, sem um planejamento detalhado de médio e longo prazo contundente, apesar das ações macros estarem em evidência no PDI.

É importante frisar que o Instituto Federal do Amazonas está em fase de reestruturação e expansão, o que geram constantes demandas não previstas no planejamento prévio das ações.

Outro fator está relacionado à forte readequação de pessoal e mobilidade dos mesmos no âmbito do Instituto, o que acaba gerando demora e entraves na concepção e execução de ações específicas para atender as atividades macros.

Desta forma, o IF Amazonas, consolida-se como Instituição multicampi e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo pela sua inserção em diversos territórios de identidade que compõem o Estado.

**MODIFICAÇÕES IMPLANTADAS EM PROCESSOS DE TRABALHO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Pró-Reitoria /  Diretoria/ | Processo de Trabalho | Alterações Implantadas | Impactos Resultantes |
| PRODIN | Avaliação do Plano de  Desenvolvimento Anual. | Mediação e Articulação da avaliação por GT do próprio Campus  a partir das orientações da DIPLAN/PRODIN. | Menor custo para realização do Planejamento, maior autonomia e responsabilidade p/os campi. |
| Construção do Plano de Desenvolvimento Anual. | Manual para elaboração dos  Planos de Desenvolvimento sob a orientação da  DIPLAN/PRODIN. | Menor custo para realização do Planejamento, maior autonomia e responsabilidade p/os campi. |
| Coleta de dados e  informações para o  relatório de gestão. | Construção de instrumentos e metodologia para a coleta de dados  e informações institucionais. | Informações e dados  consolidados de forma mais eficaz e garantindo mais consistência ao Relatório |

Durante o ano de 2013, a PRODIN logrou êxito em várias frentes, destacando-se, principalmente:

***PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS DE GESTÃO***

*- Consolidação da Política de Tecnologia da Informação e Comunicação de dados*

*- Fortalecimento da Política de Segurança da Informação*

*- Política de Responsabilidade Socioambiental*

*- Política de Infraestrutura*

*- Política de Gestão do Conhecimento e da Informação*

***PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES DE GESTÃO***

*- “Tratar o ensino como atividade central em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos campi”.*

*“Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão”.*

*- “Promoção de ações inclusivas que visem o acesso, permanência e êxito dos estudantes”.*

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Através da Portaria nº 668-GR/IFAM, de 15/05/2013 o Departamento de Engenharia passou para a PRODIN.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA 2013** | | |  |  |  |  |  |
| **ITEM** | **DATA** | **DATA** | **DOC.** | **ASSUNTO** | **RESP.** | **STATUS** | | | **OBS.** |
| **ENTRADA** | **SAÍDA** | **A EXE.** | **AND.** | **CONC.** |
| 1 |  | 30/04/2013 | ord. Serv. | Fiscalização da obra de Construção da Piscina do IFAM-Campus Lábrea | Péricles Veiga |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 2 |  |  | ord. Serv. | Fiscalização da obra de Construção dos Laboratórios | Péricles Veiga |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 3 |  |  | ord. Serv. | Obra de reforma dos alojamentos | Péricles Veiga |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 4 |  |  | ord. Serv. | Adequação do projeto da subestação junto a Amazonas Energia | Péricles Veiga |  | X |  | Recolher informações dos projeto para aprovação na Concessionária |
| 5 |  |  | ord. Serv. | Fiscalização da obra de construção da Garagem do CMC | Péricles Veiga |  |  | X | Conclusão da Obra |
| 6 |  |  | ord. Serv. | Fiscalização da obra de reforma do Ginásio Elias Jacob Benzecry | Péricles Veiga |  | X |  | Acompanhamento dos serviços - Respondendo a Procuradoria sobre paralização da obra |
| 7 |  |  | ord. Serv. | Obra de reforma do Gabinete Médico odontológico | Péricles Veiga |  |  | X | Conclusão da Obra |
| 8 |  |  | ord. Serv. | Acompanhamento do piso da sala de dança do IFAM CMC | Péricles Veiga | X |  |  | Início do projeto básico |
| 9 |  |  | ord. Serv. | Obra de construção da Piscina, arquibancada e vestiários | Péricles Veiga |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 10 |  |  | ord. Serv. | Fiscalização dos projetos expansão fase III | Péricles / Ana Dias |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 11 |  |  | ord. Serv. | Fiscalização da obra de construção do CDI | Péricles Veiga |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 12 |  |  | ord. Serv. | Acompanhamento do processo de aplicação de sanções a empresa RCM | Péricles / Ana Dias |  | X |  | Recolhimento de informações para instrução do processo de punição |
| 13 |  |  | ord. Serv. | Acompanhamento das atividades executadas pela empresa Souza Neto | Péricles / Ana Dias |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 14 |  |  | ord. Serv. | Fiscalização da obra de Reforma da Reitoria | Péricles Veiga |  | X |  | Acompanhamento dos serviços |
| 15 | 01/01/2011 |  | ord. Serv. | Fiscal de obra Campus Rio Branco | Fernando /Marcelino |  | X |  |  |
| 16 | 12/02/2013 |  |  | Relatorio obra Ariquemes (fiscal de obra-cont. vencido) | Fernando /Marcelino |  |  | X |  |
| 17 | 01/01/2010 |  | ord. Serv. | Fiscalização Obra Porto Velho | Fernando /Marcelino |  | X |  | em andamento |
| 18 | 01/01/2010 |  | ord. Serv. | Fiscal de obra - Cruzeiro do Sul | Fernando /Marcelino |  | X |  |  |
| 19 | 01/02/2011 |  | ord. Serv. | Fiscalização das obras em São Gabriel da Cachoeira | Fernando |  | X |  |  |
| 20 | 01/02/2012 |  | ord. Serv. | Fiscalização de Obra - Reitoria | Fernando |  | X |  |  |
| 21 | 01/10/2010 |  | ord. Serv. | Fiscal de obras no Campus Sena Madureira | Fernando /Marcelino |  | X |  |  |
| 22 | 01/10/2012 |  | ord. Serv. | Fiscal da obra de Maués | Fernando |  | X |  |  |
| 23 | 01/10/2012 |  | ord. Serv. | Fiscal da obra de Lábrea | Fernando |  | X |  |  |
| 24 | 01/02/2013 |  |  | Relatorio fotografico e recomendações - re-serviço Campus Rio Branco | Fernando /Marcelino |  | X |  |  |
| 25 | 06/12/2012 |  |  | Contratação de Projeto e tramite no RBTRANS-AC | Fernando |  | X |  | Ver como está o projeto basico. |
| 26 | 28/01/2013 |  |  | Visita e Relatorio da obra emergencial Campus Presidente Figueredo | Fernando /Marcelino | X |  |  |  |
| 27 | 01/04/2011 |  |  | Apoio técnico na obra do CDI do CMDI | Fernando |  | X |  |  |
| 28 | 01/12/2012 |  |  | Campus Rio Branco - Arquitetura as biult | Fernando |  | X |  |  |
| 29 | 01/12/2012 |  |  | Ajuste no projeto de Ar-condicionado | Fernando |  |  | X |  |
| 30 | 04/03/2013 |  |  | Verificação diário de obras de CSGC | Fernando / Ana Dias |  |  | X |  |
| 31 | 01/06/2012 |  |  | Desenvolvimento Projeto Auditório CSGC | Fernando | X |  |  |  |
| 32 | 01/06/2011 |  |  | Desenvolvimento projeto Cine/Teatro | Fernando | X |  |  |  |
| 33 | 01/06/2011 |  |  | Projeto CDI - CMDI | Fernando |  |  | X |  |
| 34 | 01/06/2012 |  |  | Ante-projeto Predio nanotecnologia - CMDI | Fernando |  |  | X |  |
| 35 | 01/04/2012 |  |  | Campus Rio Branco - Prefeitura | Fernando/ Ana Dias |  | X |  |  |
| 36 | 01/04/2011 |  |  | Campus Rio Branco - IMAC | Fernando |  | X |  |  |
| 37 | 01/01/2013 |  |  | Quantificação de área para percianas e insulfime - reitoria | Fernando | X |  |  |  |
| 38 | 01/10/2012 |  |  | Carta de compromisso e pedido de regularização e habite-se campus Rio Branco | Fernando/ Ana Dias | X |  |  |  |
| 39 | 01/11/2010 |  |  | Membro equipe de Segurança do Trabalho | Fernando/ Carla Dias |  | X |  | Solicitação de saida - 2013 |
| 40 | 12/11/2012 |  | MEMO | Elaboração de projeto arquitetônico de “depósito central” para coleta seletiva para os campi | Ana Kalina |  | X |  |  |
| 41 | 27/02/2013 |  | despacho-prodin | Adequação do projeto arquitetônico de “depósito central” para coleta seletiva do campus IFAM/CMC | Ana Kalina |  | X |  |  |
| 42 | 16/11/2012 |  |  | Viabilizar a mudança de layout da biblioteca do IFAM do CMC | Ana Kalina |  | X |  |  |
| 43 | 24/09/2012 |  |  | Projeto arquitetônico dos sanitários do setor de artes do IFAM CMC | Ana Kalina | , | X |  |  |
| 44 | 24/09/2012 |  |  | Elaboração de projeto arquitetônico de serviços de construção, inclusive serviços não concluídos no setor de artes (parte do mesmo projeto básico) | Ana Kalina |  | X |  |  |
| 45 | 25/05/2012 |  |  | Elaboração de projeto arquitetônico de duas rampas para cadeirantes ligando a biblioteca à ala administrativa e a ala administrativa ao bloco paralelo à av. Visconde de Porto Alegre | Ana Kalina |  | X |  |  |
| 46 | 01/03/2012 |  |  | Encaminhamento à comissão de fiscalização da entrega definitiva da obra de reforma e ampliação da reitoria IFAM CMC | Ana Kalina |  | X |  |  |
| 47 | 01/12/2012 |  | informal | Elab. de projeto de ampliação arquitetonica do prédio anexo e sol. de visita p/ opinar sobre mudança na impl. - Coari | Ana Kalina | X |  |  |  |

Por fim, deve-se acrescentar que, durante o ano de 2013, a PRODIN encontrou alguns obstáculos à plena execução de seus objetivos. Nesse sentido, as principais dificuldades decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários para despesas com diárias e passagens, novos investimentos para modernização administrativa.

## 1.6 Principais parceiros relacionados à atividade-fim da unidade

O IFAM desenvolve ações e parcerias com diversas instituições de ensino superior (UTFPR, UFMG, UFAM, UEA, USP ) e também com instituições de fomento (CNPq, FAPEAM, FINEP, CAPES entre outras) visando ao aperfeiçoamento e fortalecimento do campo científico e tecnológico da Instituição.

O IFAM também conta com a parceria do CREA no que diz respeito a aspectos concernentes à regularidade na execução de projetos, orçamentos, execuções de obras ou prestações de serviços que envolvam as áreas de engenharia e agronomia e atividades afins e correlatas desenvolvidas pelo quadro técnico do IFAM no atendimento a todos os seus campi, em especial o registro das ART’s e referentes aos seguintes trabalhos técnicos:

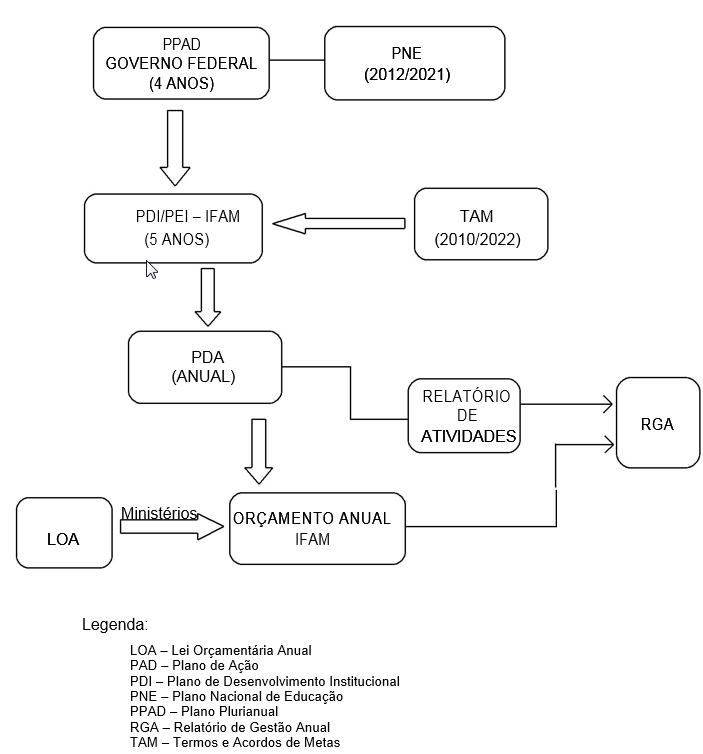
* Análise e parecer sobre projetos, obras e serviços técnicos;
* Fiscalização de obras públicas;
* Elaboração e desenvolvimento de estudos;
* Projetos básicos, compreendendo projetos arquitetônicos, memorial descritivo, cronograma físico e financeiro, orçamento;
* Projetos executivos e complementares, quando executados pelo quadro técnico do IFAM.

O Instituto tem buscado ampliar seus parceiros em relação aos processos finalísticos com vistas a ampliar suas possibilidades de atuação em áreas que não possui expertise, mas que são identificadas como fundamentais para o seu desenvolvimento e o cumprimento da sua missão.

Inclusive junto a instituições internacionais que possam oportunizar intercâmbio e pesquisa conjunta, além de capacitação de docentes e técnicos.

# 2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

## 2.1 Planejamento da unidade



## 2.1.1 PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO FEDERAL

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 4 anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por Lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Neles constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc.

## 2.1.2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE

PNE é o Plano de execução dos programas de educação do governo federal que estabelece seus programas em torno de quatro eixos norteadores: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Alfabetização. Esses programas estão sustentados em seis pilares:

Visão sistêmica da educação;

Territorialidade;

Desenvolvimento;

Regime de colaboração;

Responsabilização e

Mobilização social.

## 2.1.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

Trata-se da principal ferramenta de planejamento que subsidia e orienta as ações da Gestão do IFAM. O PDI está baseado no planejamento institucional, construído de forma coletiva, identificando o IFAM no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orienta suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver. É o Plano que consolida o Planejamento Estratégico da Instituição para o interstício de 5 (cinco) anos, com previsão de execução de metas em períodos de curto, médio e longo prazos.

## 2.1.4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é um conjunto de atividades técnicas que tem como finalidade apontar o futuro a ser construído pela organização e o caminho. É estratégico porque envolve toda a organização, desde os investimentos necessários até as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso que devem ser pensadas com muita cautela, tanto do ponto de vista técnico quanto político.

O resultado do planejamento estratégico é o plano, um documento que contém, basicamente, o pensamento estratégico, o mapa de negócios e o mapa estratégico.

O pensamento estratégico é composto pelos valores, missão, visão e negócio organizacional. O mapa de negócios é a descrição da cadeia de valor da organização, ou seja, como ela maximiza os recursos disponíveis para gerar os melhores resultados possíveis; enquanto, o mapa estratégico é o caminho lógico que será percorrido para que o futuro se concretize.

A modernização gerencial do IFAM exige a adoção do planejamento estratégico como ferramenta básica. Os desafios que nossa instituição terá que superar ficará menos árduo com um plano consistente e que todos saibam atuar.

## 2.1.5 Dos Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do IFAM fazem parte de um conjunto de atividades técnicas conhecido como Planejamento Estratégico. Este tem como finalidade apontar o futuro a ser construído pela instituição, a partir de 06 (seis) objetivos:

**Objetivo 1: Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas**

O investimento nas pessoas leva à obtenção da competência necessária para lidar com os desafios que deverão ser superados. Além disso, aumenta o grau de motivação e satisfação do servidor e melhora sensivelmente o clima e o ambiente de trabalho. Pelo sistema de avaliação a ser implantado, quanto maior o desempenho, maior será a bonificação.

**Objetivo 2: Perspectiva Eficiência Gerencial**

O investimento nas pessoas levará, também, à eficiência gerencial. O foco desta perspectiva é maximizar os recursos do IFAM visando suprir de forma eficiente e eficaz as necessidades de recursos das atividades-fim (ensino, pesquisa, extensão e inovação). Assim, quanto mais eficiente à gestão, maior a capacidade de captação e distribuição de recursos das atividades-meio.

**Objetivo 3: Perspectiva Eficiência Acadêmica**

O investimento nas pessoas levará, também, à eficiência acadêmica. O foco desta perspectiva é maximizar a capacidade de ensino, pesquisa, extensão e inovação dos docentes e corpo técnico do IFAM. Uma vez que a eficiência gerencial permitirá que as atividades-meio captem e distribuam os recursos, o quadro de pessoal das atividades-fim poderão se dedicar exclusivamente às suas peculiaridades.

**Objetivo 4: Responsabilidade Socioambiental**

A eficiência gerencial e acadêmica, quanto permanente, permitirá a efetividade institucional. Quando isso acontecer, o IFAM poderá cumprir com a sua responsabilidade socioambiental, etapa obrigatória rumo à institucionalização no ambiente amazônico, conforme prevê sua missão.

**Objetivo 5: Melhoria da Imagem Institucional**

Obtido o sucesso gerencial e acadêmico e cumprida a responsabilidade socioambiental, o IFAM terá dado os passos essenciais para estruturar a imagem institucional pela qual todos nós trabalhamos. Sua manutenção, contudo, exige que determinados objetivos sejam trabalhados constantemente.

**Objetivo 6: Satisfação com o Governo Federal**

A melhoria da imagem institucional a partir do cumprimento de sua responsabilidade socioambiental certamente levará à satisfação com o governo federal, nosso principal patrocinador. Evidentemente que as perspectivas anteriores capacitarão o IFAM para gestão administrativa e financeira descentralizada, nos limites estabelecidos em lei, requisito essencial para autonomia institucional.

### 2.2.1 Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.2.Quadro A.2.2.2 – Objetivo

## 2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

### 2.3.1 Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

### 2.3.2 Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

### 2.3.3 Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 – Registros a Pagar – OFSS

### 2.3.4 Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

# 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

## 3.1 Estrutura orgânica de controle da unidade

### 3.1.1 Unidade de Auditoria

### 3.1.2 Comitê de Auditoria

### 3.1.3 Conselhos Fiscais

### 3.1.4 Comitês de Avaliações

## 3.2 Controles internos administrativos da unidade

### 3.2.1 Ambiente de controle

### 3.2.2 Avaliação de risco

### 3.2.3 Atividades de controle

### 3.2.4 Informação e Comunicação

### 3.2.5 Monitoramento

### 3.2.6 Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controle Internos da UJ

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | | | | |
| **ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS** | **VALORES** | | | | |
| **Ambiente de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. |  |  |  | **x** |  |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. |  |  |  | **x** |  |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. |  |  | **x** |  |  |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. |  |  |  |  | **x** |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. |  |  |  |  | **x** |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. |  |  |  | **x** |  |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. |  |  |  |  | **x** |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. |  |  |  | **x** |  |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. |  |  |  |  | **x** |
| **Avaliação de Risco** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. |  |  |  |  | **x** |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. |  |  |  | **x** |  |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. |  |  |  | **x** |  |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. |  |  | **x** |  |  |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. |  |  | **x** |  |  |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. |  |  | **x** |  |  |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. |  |  | **x** |  |  |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. |  |  |  |  | **x** |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. |  |  |  | **x** |  |
| **Procedimentos de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. |  |  |  | **x** |  |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. |  |  |  | **x** |  |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. |  |  |  | **x** |  |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. |  |  |  | **x** |  |
| **Informação e Comunicação** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. |  |  |  |  | **x** |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. |  |  |  |  | **x** |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. |  |  |  | **x** |  |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. |  |  |  | **x** |  |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. |  |  |  | **x** |  |
| **Monitoramento** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. |  |  |  | **x** |  |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. |  |  |  | **x** |  |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. |  |  |  |  | **x** |
| **Análise Crítica:** | | | | | |
| **Escala de valores da Avaliação:**  **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.  **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.  **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.  **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.  **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ. | | | | | |

## 3.3 Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade

3.3.1 Quadro A.3.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

3.3.2 Quadro A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

3.3.3 Quadro A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração variável dos Administradores

## 3.4. Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade

# 4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

# 4.1 Execução das despesas

### 4.1.1 Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Orçamentária :** | | | **Código UO:** | | | **UGO:** | | | |
| **Origem dos Créditos Orçamentários** | | | **Grupos de Despesa Correntes** | | | | | | |
| **1 – Pessoal e Encargos Sociais** | | **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | | **3- Outras Despesas Correntes** | |
| **DOTAÇÃO INICIAL** | | | 93.691.479,00 | |  | | | 56.401.125,00 | |
| **CRÉDITOS** | **Suplementares** | | 27.425.265,00 | |  | | | 8.287.502,00 | |
| **Especiais** | **Abertos** |  | |  | | |  | |
| **Reabertos** |  | |  | | |  | |
| **Extraordinários** | **Abertos** |  | |  | | |  | |
| **Reabertos** |  | |  | | |  | |
| **Créditos Cancelados** | | -12.305,00 | |  | | | -356.316,00 | |
| **Outras Operações** | | |  | |  | | |  | |
| **Dotação final 2013 (A)** | | | 121.104.439,00 | |  | | | 64.332.311,00 | |
| **Dotação final 2012(B)** | | |  | |  | | |  | |
| **Variação (B/A-1)\*100** | | |  | |  | | |  | |
| **Origem dos Créditos Orçamentários** | | | **Grupos de Despesa Capital** | | | | | | **9 - Reserva de Contingência** |
| **4 – Investimen**  **tos** | **5 – Inversões Financeiras** | | | **6- Amortização da Dívida** | |
| **DOTAÇÃO NICIAL** |  | | 49.922.227,00 |  | | |  | |  |
| **CRÉDITOS** | **Suplementares** | | 13.331,00 | 1.000.000,00 | | |  | |  |
| **Especiais** | **Abertos** |  |  | | |  | |  |
| **Reabertos** |  |  | | |  | |  |
| **Extraordinários** | **Abertos** | 16.040.743,00 |  | | |  | |  |
| **Reabertos** |  |  | | |  | |  |
| **Créditos Cancelados** | | -16.040.743,00 |  | | |  | |  |
| **Outras Operações** | | |  |  | | |  | |  |
| **Dotação final 2013 (A)** | | | 33.894.815,00 | 1.000.000,00 | | |  | |  |
| **Dotação final 2012(B)** | | |  |  | | |  | |  |
| **Variação (A/B-1)\*100** | | |  |  | | |  | |  |

A UJ deverá proceder a uma análise crítica da programação orçamentária, originária e adicional, considerando os seguintes aspectos:

  **Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ:** Exame da compatibilidade das dotações orçamentárias em relação às necessidades de crédito da UJ para cumprimento da sua programação de trabalho, evidenciando eventuais alterações da proposta originária da UJ no âmbito do próprio Poder Executivo ou do Congresso Nacional, bem como alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior.

Além dessas questões, o gestor poderá apresentar outras informações e ponderações sobre as dificuldades e oportunidades surgidas durante o exercício, entre as quais a abertura de créditos adicionais, os cancelamentos de créditos e solicitações de créditos adicionais não atendidas ou atendidas em prazos extemporâneos que afetaram os processos de gestão orçamentária da UJ.

RESPOSTA:

XXXX

 **Créditos extraordinários:** Razões para proposição de abertura de créditos extraordinários, caso realizadas no exercício, registrando os aspectos indicados quando de sua solicitação para satisfação dos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e de urgência.

RESPOSTA:

XXXXX

### Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas** | | | | | | | |
| **Origem da Movimentação** | **UG** | | **Classificação da ação** | **Despesas Correntes** | | | |
| **Concedente** | **Recebedora** | **1 – Pessoal e Encargos Sociais** | **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | **3 – Outras Despesas Correntes** |
| **Concedidos** | 158142 |  | 0005 | 151.902,00 |  | |  |
| **Concedidos** | 158142 |  | 00G5 | 18.063,00 |  | |  |
| **Recebidos** |  | 158142 | 20RJ |  |  | | 159.991,03 |
| **Concedidos** | 158142 | 158273 | 20RJ |  |  | | 159.991,03 |
| **Recebidos** |  | 158142 | 20RL |  |  | | 1.029.325,34 |
| **Recebidos** |  | 158142 | 20RL |  |  | | 28.411.069,98 |
| **Concedidos** | 158142 | 158143 | 20RL |  |  | | 30.000,00 |
| **Concedidos** | 158142 | 158273 | 20RL |  |  | | 3.192.336,46 |
| **Concedidos** | 158142 | 158444 | 20RL |  |  | | 4.342.245,22 |
| **Concedidos** | 158142 | 158445 | 20RL |  |  | | 6.608.692,25 |
| **Concedidos** | 158142 | 158446 | 20RL |  |  | | 3.087.106,17 |
| **Concedidos** | 158142 | 158447 | 20RL |  |  | | 1.920.655,44 |
| **Concedidos** | 158142 | 158560 | 20RL |  |  | | 1.706.951,58 |
| **Concedidos** | 158142 | 158561 | 20RL |  |  | | 2.393.362,15 |
| **Concedidos** | 158142 | 158562 | 20RL |  |  | | 1.508.714,04 |
| **Concedidos** | 158142 | 158563 | 20RL |  |  | | 1.848.065,16 |
| **Concedidos** | 158142 | 158564 | 20RL |  |  | | 2.008.722,71 |
| **Recebidos** | 158444 | 158142 | 20RL |  |  | | 246.746,64 |
| **Recebidos** | 158445 | 158142 | 20RL |  |  | | 307.455,46 |
| **Recebidos** | 158446 | 158142 | 20RL |  |  | | 198.964,03 |
| **Recebidos** | 158447 | 158142 | 20RL |  |  | | 87.313,09 |
| **Recebidos** | 158561 | 158142 | 20RL |  |  | | 87.162,90 |
| **Recebidos** | 158562 | 158142 | 20RL |  |  | | 67.083,86 |
| **Recebidos** | 158563 | 158142 | 20RL |  |  | | 240.380,56 |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Recebidos** | 158142 |  | 2994 |  |  | | 7.000.813,22 |
| **Recebidos** | 158142 |  | 2994 |  |  | | 47.574,23 |
| **Concedidos** | 158273 | 158142 | 2994 |  |  | | 401.105,00 |
| **Concedidos** | 158444 | 158142 | 2994 |  |  | | 604.032,75 |
| **Concedidos** | 158445 | 158142 | 2994 |  |  | | 2.430.841,00 |
| **Concedidos** | 158446 | 158142 | 2994 |  |  | | 926.403,22 |
| **Concedidos** | 158447 | 158142 | 2994 |  |  | | 469.947,01 |
| **Concedidos** | 158560 | 158142 | 2994 |  |  | | 540.763,95 |
| **Concedidos** | 158561 | 158142 | 2994 |  |  | | 373.662,38 |
| **Concedidos** | 158562 | 158142 | 2994 |  |  | | 362.923,52 |
| **Concedidos** | 158563 | 158142 | 2994 |  |  | | 433.155,74 |
| **Concedidos** | 158564 | 158142 | 2994 |  |  | | 457.978,65 |
| **Recebidos** | 158444 | 158142 | 2994 |  |  | | 47.574,23 |
| **Recebidos** | 158142 |  | 4572 |  |  | | 272.040,36 |
| **Concedidos** | 158273 | 158142 | 4572 |  |  | | 32.260,36 |
| **Concedidos** | 158444 | 158142 | 4572 |  |  | | 45.500,00 |
| **Concedidos** | 158445 | 158142 | 4572 |  |  | | 59.535,85 |
| **Concedidos** | 158447 | 158142 | 4572 |  |  | | 27.780,00 |
| **Concedidos** | 158560 | 158142 | 4572 |  |  | | 39.998,15 |
| **Concedidos** | 158562 | 158142 | 4572 |  |  | | 20.666,00 |
| **Concedidos** | 158564 | 158142 | 4572 |  |  | | 46.300,00 |
| **Recebidos** | 158444 | 158142 | 4572 |  |  | | 27.375,63 |
| **Recebidos** | 158142 |  | 6358 |  |  | | 162.099,57 |
| **Concedidos** | 158273 | 158142 | 6358 |  |  | | 32.119,77 |
| **Concedidos** | 158446 | 158142 | 6358 |  |  | | 70.000,00 |
| **Concedidos** | 158561 | 158142 | 6358 |  |  | | 59.979,80 |
| **Recebidos** | 158142 |  | 6380 |  |  | | 446.079,21 |
| **Concedidos** | 158445 |  | 6380 |  |  | | 64.652,19 |
| **Concedidos** | 158447 |  | 6380 |  |  | | 70.000,00 |
| **Concedidos** | 158560 |  | 6380 |  |  | | 69.997,26 |
| **Concedidos** | 158561 |  | 6380 |  |  | | 69.986,20 |
| **Concedidos** | 158562 |  | 6380 |  |  | | 36.444,88 |
| **Concedidos** | 158563 |  | 6380 |  |  | | 64.998,68 |
| **Concedidos** | 158564 |  | 6380 |  |  | | 70.000,00 |
|  | | | | | | | |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | | |
| Concedente | Recebedora | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| **Recebidos** |  | 158142 | 20RG | 1.000,00 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158273 | 20RG | 171.079,89 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158444 | 20RG | 4.360.169,29 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158445 | 20RG | 9.504.813,81 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158446 | 20RG | 649.045,60 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158447 | 20RG | 353.061,28 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158560 | 20RG | 433.654,62 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158561 | 20RG | 1.560.932,58 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158563 | 20RG | 237.416,57 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158564 | 20RG | 1.266.429,83 | |  |  |
| **Recebidos** | 158444 | 158142 | 20RG | 1.000,00 | |  |  |
| **Recebidos** |  | 158142 | 20RG | 18.536.603,47 | |  |  |
| **Recebidos** |  | 158142 | 20RG | 1.000.000,00 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158446 | 20RG | 1.000.000,00 | |  |  |
| **Recebidos** |  | 158142 | 20RL | 5.189.054,95 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 |  |  | 211,12 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158273 | 20RL | 722.347,03 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158444 | 20RL | 1.645.334,22 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158445 | 20RL | 472.062,53 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158446 | 20RL | 438.838,44 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158447 | 20RL | 1.790,00 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158560 | 20RL | 902.710,91 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158562 | 20RL | 264.942,04 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158563 | 20RL | 579.299,46 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158564 | 20RL | 161.730,32 | |  |  |
| **Recebidos** | 158444 | 158142 | 20RL | 211,12 | |  |  |
| **Recebidos** | 158142 |  | 6380 | 162.942,94 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158445 | 6380 | 14.586,00 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158447 | 6380 | 30.000,00 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158560 | 6380 | 29.837,00 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158562 | 6380 | 28.824,04 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158563 | 6380 | 29.695,90 | |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158564 | 6380 | 30.000,00 | |  |  |

### Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Origem da Movimentação** | **UG** | | **Classificação da ação** | **Despesas Correntes** | | |
| **Concedente** | **Recebedora** | **1 – Pessoal e Encargos Sociais** | **2 – Juros e Encargos da Dívida** | **3 – Outras Despesas Correntes** |
| **Concedidos** |  |  | 00G5 | 18.063,00 |  |  |
| **Recebidos** |  |  | 0005 | 151.902,00 |  |  |
| **Concedidos** | 158142 | 158143 | 20RL |  |  | 30.000,00 |
| **Concedidos** | 26401 | 158142 | 20TP | 287.300,00 |  |  |
| **Concedidos** | 26291 | 158142 | 20RJ |  |  | 24.959,13 |
| **Concedidos** | 26298 | 158142 | 8744 |  |  | 48.734,89 |
| **Recebidos** | 158273 | 158142 | 8744 |  |  | 48.734,89 |
| **Recebidos** | 158444 | 158142 | 8744 |  |  | 61.423,61 |
| **Concedidos** | 26298 | 158142 | 20RW |  |  | 11.664.359,40 |
| **Concedidos** | 158142 |  | 20RW |  |  | 656.230,00 |
| **Recebidos** | 158273 | 158142 | 20RW |  |  | 482.910,41 |
| **Concedidos** | 158444 | 158142 | 20RW |  |  | 1.035.555,05 |
| **Concedidos** | 158445 | 158142 | 20RW |  |  | 635.401,83 |
| **Concedidos** | 158446 | 158142 | 20RW |  |  | 389.053,83 |
| **Concedidos** | 158447 | 158142 | 20RW |  |  | 520.938,40 |
| **Concedidos** | 158560 | 158142 | 20RW |  |  | 245.125,85 |
| **Concedidos** | 158561 | 158142 | 20RW |  |  | 509.097,80 |
| **Concedidos** | 158562 | 158142 | 20RW |  |  | 424.515,62 |
| **Concedidos** | 158563 | 158142 | 20RW |  |  | 336.166,00 |
| **Concedidos** | 158564 | 158142 | 20RW |  |  | 937.164,70 |
| **Recebidos** | 26298 | 158142 | 8252 |  |  | 1.258.992,05 |
| **Concedidos** | 158142 |  | 8252 |  |  | 128.019,48 |
| **Concedidos** | 158444 | 158142 | 8252 |  |  | 928.340,94 |
| **Recebidos** | 26429 | 158142 | 20RL |  |  | 217,44 |
| **Recebidos** | 53101 | 158142 | 20N9 |  |  | 234.029,00 |
| **Concedidos** | 158142 | 158561 | 20N9 |  |  | 234.029,00 |
| **Origem da Movimentação** | **UG** | | **Classificação da ação** | **Despesas de Capital** | | |
| **Concedente** | **Recebedora** | **4 – Investimentos** | **5 – Inversões Financeiras** | **6 – Amortização da Dívida** |
| **Concedidos** | 26298 | 158142 | 8252 | 7.020,14 |  |  |
| **Recebidos** | 158444 | 158142 | 8252 | 132.616,00 |  |  |
| **Recebidos** | 53101 | 158142 | 20N7 | 1.294.170,20 |  |  |
| **Concedidos** | 158561 | 158142 | 20N7 | 1.294.170,20 |  |  |

### Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – Total

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Orçamentária:** | | | **Código UO:** | | **UGO:** |
| **Modalidade de Contratação** | **Despesa Liquidada** | | | **Despesa paga** | |
| **2013** | **2012** | | **2013** | **2012** |
| **1.    Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)** | **30.786.715,26** | **35.772.441,53** | | **29.612.515,30** | **34.240.724,88** |
| a)    Convite | 198.886,48 | 461.320,94 | | 197.153,01 | 455.251,48 |
| b)    Tomada de Preços | 2.087.648,15 | 1.426.185,53 | | 2.060.832,42 | 1.423.532,10 |
| c)     Concorrência | 13.125.233,64 | 15.867.542,93 | | 12.971.633,47 | 15.745.082,71 |
| d)    Pregão | 15.374.946,99 | 18.017.392,13 | | 14.382.896,40 | 16.616.858,59 |
| e)     Concurso |  |  | |  |  |
| f)     Consulta |  |  | |  |  |
| g)    Regime Diferenciado de Contratações Públicas |  |  | |  |  |
| **2.     Contratações Diretas (h+i)** | **12.224.683,97** | **5.880.510,95** | | **11.990.313,80** | **5.607.555,91** |
| h)     Dispensa | 10.998.894,28 | 5.105.364,72 | | 10.866.301,48 | 4.899.265,13 |
| i)    Inexigibilidade | 1.225.789,69 | 775.146,23 | | 1.124.012,32 | 708.290,78 |
| **3.     Regime de Execução Especial** |  |  | |  |  |
| j)      Suprimento de Fundos |  |  | |  |  |
| **4.     Pagamento de Pessoal (k+l)** | **124.389.667,53** | **1.808.962,92** | | **121.461.644,35** | **1.775.493,39** |
| k)      Pagamento em Folha | 123.210.319,76 | 531.146,63 | | 120.291.743,51 | 518.887,33 |
| l)    Diárias | 1.179.347,77 | 1.277.816,29 | | 1.169.900,84 | 1.256.606,06 |
| **5.     Outros** |  |  | |  |  |
| **6.     Total (1+2+3+4+5)** | **167.401.066,76** | **43.461.915,40** | | **163.064.473,45** | **41.623.774,18** |

### Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Orçamentária:** | | **Código UO:** | | **UGO:** | |
| **Modalidade de Contratação** | **Despesa Liquidada** | | **Despesa paga** | | |
| **2013** | **2012** | **2013** | | **2012** |
| **1.     Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)** | **30.756.715,26** | **35.772.441,53** | **29.582.515,30** | | **34.240.724,8** |
| a)    Convite | 198.886,48 | 461.320,94 | 197.153,01 | | 455.251,48 |
| b)    Tomada de Preços | 2.087.648,15 | 1.426.185,53 | 2.060.832,42 | | 1.423.532,10 |
| c)     Concorrência | 13.125.233,64 | 15.867.542,93 | 12.971.633,47 | | 15.745.082,71 |
| d)    Pregão | 15.344.946,99 | 18.017.392,13 | 14.352.896,40 | | 16.616.858,59 |
| e)     Concurso |  |  |  | |  |
| f)     Consulta |  |  |  | |  |
| g)    Regime Diferenciado de Contratações Públicas |  |  |  | |  |
| **2.     Contratações Diretas (h+i)** | **12.224.683,97** | **5.880.510,95** | **11.990.313,80** | | **5.607.555,91** |
| h)     Dispensa | 10.998.894,28 | 5.105.364,72 | 10.866.301,48 | | 4.899.265,13 |
| i)    Inexigibilidade | 1.225.789,69 | 775.146,23 | 1.124.012,32 | | 708.290,78 |
| **3.     Regime de Execução Especial** |  |  |  | |  |
| j)      Suprimento de Fundos |  |  |  | |  |
| **4.     Pagamento de Pessoal (k+l)** | **131.036.055,53** | **105.460.380,41** | **128.107.663,15** | | **105.439.170,18** |
| k)      Pagamento em Folha | 129.856.707,76 | 104.303.787,92 | 126.937.762,31 | | 104.303.787,92 |
| l)    Diárias | 1.179.347,77 | 1.156.592,49 | 1.169.900,84 | | 1.135.382,26 |
| **5.     Outros** |  |  |  | |  |
| **6.     Total (1+2+3+4+5)** | **174.017.454,76** | **147.113.332,89** | **169.680.492,25** | | **145.287.450,97** |

### 

### Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Orçamentária:** | | | | **Código UO:** | | | | **UGO:** | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | | **Liquidada** | **RP não processados** | | **Valores Pagos** | | |
| **1. Despesas de Pessoal** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | | **2012** |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 78.246.167,03 | 62.601.955,07 | 78.246.167,03 | 62.601.955,07 |  |  | 76.622.764,19 | | 62.601.955,07 |
| OBRIGACOES PATRONAIS | 15.819.995,60 | 12.936.447,51 | 15.819.995,60 | 12.936.447,51 |  |  | 14.524.822,19 | | 12.936.447,51 |
| APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR | 15.760.311,65 | 12.892.629,94 | 15.760.311,65 | 12.892.629,94 |  |  | 15.760.311,65 | | 12.892.629,94 |
| Demais elementos do grupo | 10.863.926,68 | 15.872.755,40 | 10.863.926,68 | 15.872.755,40 |  |  | 10.863.926,68 | | 15.872.755,40 |
| **2. Juros e Encargos da Dívida** |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| **3. Outras Despesas Correntes** |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ | 12.793.514,27 | 9.272.822,30 | 9.761.653,49 | 7.367.554,03 | 3.031.860,78 | 1.905.268,27 | 9.505.532,95 | | 6.906.407,41 |
| LOCACAO DE MAO-DE-OBRA | 12.789.399,36 | 11.746.102,61 | 11.750.279,44 | 11.057.503,00 | 1.039.119,92 | 688.599,61 | 11.260.779,47 | | 10.529.945,17 |
| AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | 7.155.251,38 | 4.754.888,04 | 6.991.580,57 | 4.415.637,97 | 163.670,81 | 339.250,07 | 6.988.820,57 | | 4.296.232,97 |
| Demais elementos do grupo | 16.951.193,74 | 8.140.704,86 | 15.046.451,62 | 6.261.634,56 | 1.904.742,12 | 1.879.070,30 | 14.682.498,59 | | 5.847.555,62 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não Processados** | | **Valores Pagos** | |
| **4. Investimentos** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** |
| OBRAS E INSTALACOES | 41.968.375,48 | 19.430.906,49 | 17.880.635,09 | 17.516.550,73 | 24.087.740,39 | 1.914.355,76 | 17.700.219,19 | 17.391.437,08 |
| EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE | 7.445.575,20 | 8.853.060,26 | 883.016,11 | 2.201.421,49 | 6.562.559,09 | 6.651.638,77 | 706.396,19 | 1.870.043,49 |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ | 27.530,83 | 73.512,54 | 27.296,68 | 34.522,54 | 234,15 | 38.990,00 | 27.296,68 | 34.522,54 |
| Demais elementos do grupo | 1.035,65 | 799,98 | 1.035,65 | 799,98 |  |  | 1.035,65 | 799,98 |
| **5. Inversões Financeiras** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **6. Amortização da Dívida** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  |  |  |  |  |

### Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Orçamentária:** | | | | | **Código UO:** | | | **UGO:** | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | | **RP não processados** | | **Valores Pagos** | |
| **1. Despesas de Pessoal** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** |
| APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR | 78.246.167,03 | 12.892.629,9 | 78.246.167,03 | 12.892.629,9 | |  |  | 76.622.764,19 | 12.892.629,9 |
| PENSOES, EXCLUSIVE DO RGPS | 15.819.995,60 | 4.061.018,45 | 15.819.995,60 | 4.061.018,45 | |  |  | 14.524.822,19 | 4.061.018,45 |
| CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | 15.760.311,65 | 3.490.531,72 | 15.760.311,65 | 3.490.531,72 | |  |  | 15.760.311,65 | 3.490.531,72 |
| Demais elementos do grupo | 10.693.962,23 | 83.859.607,8 | 10.693.962,23 | 83.859.607,8 | |  |  | 10.693.962,23 | 83.859.607,8 |
| **2. Juros e Encargos da Dívida** |  |  |  |  | |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  | |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  | |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  | |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  | |  |  |  |  |
| **3. Outras Despesas Correntes** |  |  |  |  | |  |  |  |  |
| CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | 12.789.399,36 | 0 | 11.750.279,44 | 0 | | 1.039.119,92 |  | 11.260.779,47 | 0 |
| OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 12.763.514,27 | 0 | 9.731.653,49 | 0 | | 3.031.860,78 |  | 9.475.532,95 | 0 |
| DIÁRIAS - CIVIL | 7.155.251,38 | 1.202.510,26 | 6.991.580,57 | 1.156.592,49 | | 163.670,81 | 45.917,77 | 6.988.820,57 | 1.135.382,26 |
| Demais elementos do grupo | 16.951.193,74 | 32.712.007,55 | 15.046.451,62 | 27.945.737,07 | | 1.904.742,12 | 4.766.270,48 | 14.682.498,59 | 26.444.758,91 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não Processados** | | **Valores Pagos** | |
| **4. Investimentos** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ | 41.968.375,48 | 73.512,54 | 17.880.635,09 | 34.522,54 | 24.087.740,39 | 38.990,00 | 17.700.219,19 | 34.522,54 |
| OBRAS E INSTALACOES | 7.445.575,20 | 19.430.906,4 | 883.016,11 | 17.516.550,7 | 6.562.559,09 | 1.914.355,76 | 706.396,19 | 17.391.437,0 |
| EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE | 27.530,83 | 8.853.060,26 | 27.296,68 | 2.201.421,49 | 234,15 | 6.651.638,77 | 27.296,68 | 1.870.043,49 |
| Demais elementos do grupo | 1.035,65 | 799,98 | 1.035,65 | 799,98 |  |  | 1.035,65 | 799,98 |
| **5. Inversões Financeiras** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **6. Amortização da Dívida** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  |  |  |  |  |

### Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade de Contratação** | **Despesa Liquidada** | | **Despesa paga** | |
| **2013** | **2012** | **2013** | **2012** |
| **1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)** | **30.756.715,26** | **35.772.441,53** | **29.582.515,30** | **34.240.724,88** |
| a) Convite | 198.886,48 | 461.320,94 | 197.153,01 | 455.251,48 |
| b) Tomada de Preços | 2.087.648,15 | 1.426.185,53 | 2.060.832,42 | 1.423.532,10 |
| c) Concorrência | 13.125.233,64 | 15.867.542,93 | 12.971.633,47 | 15.745.082,71 |
| d) Pregão | 15.344.946,99 | 18.017.392,13 | 14.352.896,40 | 16.616.858,59 |
| e) Concurso |  |  |  |  |
| f) Consulta |  |  |  |  |
| g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas |  |  |  |  |
| **2. Contratações Diretas (h+i)** | **12.224.683,97** | **5.880.507,95** | **11.990.313,80** | **5.607.555,91** |
| h) Dispensa | 10.998.894,28 | 5.105.364,72 | 10.866.301,48 | 4.899.265,13 |
| i) Inexigibilidade | 1.225.789,69 | 775.143,23 | 1.124.012,32 | 708.290,78 |
| **3. Regime de Execução Especial** |  |  |  |  |
| j) Suprimento de Fundos |  |  |  |  |
| **4. Pagamento de Pessoal (k+l)** | **959262,87** | **105460380,4** | **869699,17** | **105439170,2** |
| k) Pagamento em Folha | 855.670,10 | 104.303.787,92 | 771.841,37 | 104.303.787,92 |
| l) Diárias | 103.592,77 | 1.156.592,49 | 97.857,80 | 1.135.382,26 |
| **5. Outros** |  |  |  |  |
| **6. Total (1+2+3+4+5)** | **43.940.662,10** | **147.113.329,89** | **42.442.528,27** | **145.287.450,97** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação | | | | | | | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não processados** | | **Valores Pagos** | |
| **1. Despesas de Pessoal** | | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | 78.246.167,03 | 62.642.332,78 | 78.246.167,03 | 62.642.332,78 |  |  | 76.622.764,19 | 62.601.955,07 |
| OBRIGACOES PATRONAIS | | 15.819.995,60 | 12.936.447,51 | 15.819.995,60 | 12.936.447,51 |  |  | 14.524.822,19 | 12.601.955,07 |
| APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR | | 15.760.311,65 | 12.892.629,94 | 15.760.311,65 | 12.892.629,94 |  |  | 15.760.311,65 | 12.892.629,9 |
| Demais elementos do grupo | | 10.863.926,68 | 19.737.394,22 | 10.863.926,68 | 19.737.394,22 |  |  | 10.863.926,68 | 19.737.394,22 |
| **2. Juros e Encargos da Dívida** | |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa | |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa | |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa | |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo | |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **3. Outras Despesas Correntes** | |  |  |  |  |  |  |  |  |
| LOCACAO DE MAO-DE-OBRA | | 12.789.399,36 | 11.746.102,61 | 11.750.279,44 | 11.057.503,00 | 1.039.119,92 | 688.599,61 | 11.260.779,47 | 10.529.945,17 |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ | | 12.763.514,27 | 9.272.822,30 | 9.731.653,49 | 7.367.554,03 | 3.031.860,78 | 1.905.268,27 | 9.475.532,95 | 6.906.407,41 |
| AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | | 7.155.251,38 | 4.754.888,04 | 6.991.580,57 | 4.415.637,97 | 163.670,81 | 339.250,07 | 6.988.820,57 | 4.296.232,97 |
| Demais elementos do grupo | | 16.951.193,74 | 8.140.704,86 | 15.046.451,62 | 6.261.634,56 | 1.904.742,12 | 1.879.070,30 | 14.682.498,59 | 5.847.555,62 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não Processados** | | **Valores Pagos** | |
| **4. Investimentos** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** | **2013** | **2012** |
| OBRAS E INSTALACOES | 41.968.375,48 | 19.430.906,49 | 17.880.635,09 | 17.516.550,73 | 24.087.740,39 | 1.914.355,76 | 17.700.219,19 | 17.391.437,08 |
| EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE | 7.445.575,20 | 8.853.060,26 | 883.016,11 | 2.201.421,49 | 6.562.559,09 | 6.651.638,77 | 706.396,19 | 1.870.043,49 |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ | 27.530,83 | 73.512,54 | 27.296,68 | 34.522,54 | 234,15 | 38.990,00 | 27.296,68 | 34.522,54 |
| Demais elementos do grupo | 1.035,65 | 799,98 | 1.035,65 | 799,98 |  |  | 1.035,65 | 799,98 |
| **5. Inversões Financeiras** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **6. Amortização da Dívida** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3º elemento de despesa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Demais elementos do grupo |  |  |  |  |  |  |  |  |

### 4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Depois de preenchidos esses quadros, o gestor deverá realizar uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ analisando as seguintes questões, quando pertinentes:

**Alterações significativas ocorridas no exercício:** Principais razões de alterações observadas na realização de despesa, tanto em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, quanto por grupo e elemento de despesa.

**REPOSTA:**

**XXXXXX**

**Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:** Razões que determinaram as contratações em volumes significativos com base na dispensa e inexigibilidade.

**REPOSTA:**

**XXXXXX**

**Contingenciamento no exercício:** Efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam.

**REPOSTA:**

**XXXXXX**

**Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:** Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, tais como problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

**REPOSTA:**

**XXXXXX**

Além dessas questões, o gestor poderá abordar outras que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos, tanto originários da LOA, quanto recebidos por movimentação interna e externa.

**REPOSTA:**

**XXXXXX**

# 4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

### 4.2.1 [Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos](#_Toc360441053)

# 4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

### 4.3.1 Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

# 4.4 Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

### 4.4.1 [Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência](#_Toc360441055)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Posição em 31.12.2013** | | | | | | | | | | |
| **Unidade Concedente ou Contratante** | | | | | | | | | | |
| **Nome:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS | | | | | | | | | | |
| **CNPJ:** 10.172.928/0001-00 | | | | **UG/GESTÃO:** 158142/26403 | | | | | | |
| **Informações sobre as Transferências** | | | | | | | | | | |
| **Modalidade** | **Nº do instrumento** | **Beneficiário** | **Valores Pactuados** | | | **Valores Repassados** | | **Vigência** | | **Sit.** |
| **Global** | | **Contrapartida** | **No Exercício** | **Acumulado até o Exercício** |
| **Início** | **Fim** |
| 3 | SEM NÚMERO | 02.806.229/0001-43 | 539.268,55 | | 0,00 | 0,00 | 480.317,00 | 2010 | 2014 | 1 |
| 3 | SEM NÚMERO | 10.791.831/0001-82 | 30.000,00 | | 0,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 2013 | 2013 | 1 |
|  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |
| **LEGENDA** | | | | | | | | | | |
| **Modalidade:** | | | | **Situação da Transferência:** | | | | | | |
| 1 -     Convênio | | | | 1 -     Adimplente | | | | | | |
| 2 -     Contrato de Repasse | | | | 2 -     Inadimplente | | | | | | |
| 3 -     Termo de Cooperação | | | | 3 -     Inadimplência Suspensa | | | | | | |
| 4 -     Termo de Compromisso | | | | 4 -   Concluído | | | | | | |
|  | | | | 5 -     Excluído | | | | | | |
|  | | | | 6 -     Rescindido | | | | | | |
|  | | | | 7 -     Arquivado | | | | | | |
| **Fonte:** Coordenação de Prestação de Contas/Reitoria/Ifam | | | | | | | | | | |

### 4.4.2 [Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios](#_Toc360441056)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Concedente ou Contratante** | | | | | | |
| **Nome:** | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS | | | | | |
| **CNPJ:** | 10.172.928/0001-00 | | | | | |
| **UG/GESTÃO:** | 158142/26403 | | | | | |
| **Modalidade** | **Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício** | | | **Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)** | | |
| **2013** | **2012** | **2011** | **2013** | **2012** | **2011** |
| **Convênio** |  |  |  |  |  |  |
| **Contrato de Repasse** |  |  |  |  |  |  |
| **Termo de Cooperação** | 1 | 0 | 0 | 30.000,00 |  | 329.998,00 |
| **Termo de Compromisso** |  |  |  |  |  |  |
| **Totais** |  |  |  |  |  |  |
| **Fonte:** Coordenação de Prestação de Contas/Ifam/Reitoria | | | | | | |

### 4.4.3 [Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.](#_Toc360441057)

### 4.4.4 [Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.](#_Toc360441058)

4.4.5 Análise crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

 Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Resposta:

Informamos que o Ifam Reitoria não possui prestação de contas inadimplente, todavia não foram descentralizados os recursos orçamentários previstos no plano de trabalho simplificado no valor de R$ 58.951,55 por causa dos seguintes motivos:

* O recurso orçamentário é destinado no plano de trabalho para auxiliar financeiramente a defesa das dissertações, as quais há pendências.

Tal descentralização dos recursos orçamentários deverá ocorrer até março de 2014 e que o Termo de Cooperação teve sua vigência prorrogada até de junho/2014.

* Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;

Resposta:

Informamos que o Ifam Reitoria descentralizou recurso orçamentário por meio de Termo de Cooperação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal para que ele pudesse gerir de forma centralizada os gastos com locação de estandes para 65° Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência na cidade de Recife, sendo isso definido em reunião do Forum de Pro-reitores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

* Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Resposta:

Informamos que não oportuno se falar em prestação de contas, pois os termos de cooperação ainda estão vigentes.

* Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Resposta:

Em razão da vigência do termo de cooperação pactuado ter sido prorrogada, não cabe neste momento se falar sobre a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como sobre a disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais.

* Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Resposta:

O termo de cooperação em questão está sendo acompanhado pela Pró-Reitoria de Pós Graduação de Desenvolvimento Institucional – PPGI por meio de controle das defesas e dissertações dos alunos.

* + Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

Resposta:

Umas das metas do Ifam é qualificar o seu quadro de servidores por meio de mestrado e doutorado. Isso foi previsto no acordo de metas assinado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM que até o ano de 2022 terá de qualificar 40% dos seus servidores a nível de mestrado e 20% a nível de doutorado, considerando todo o seu efetivo do quadro de pessoal.

Para o cumprimento da meta, necessitamos da pactuação com outros entres por meio de transferências voluntárias.

# 4.5 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.

### 4.5.1 [Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)](#_Toc360441059)

### [Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)](#_Toc360441060)

### [Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador 115](#_Toc360441061)

### [Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)](#_Toc360441062)

# 4.6 Renúncia de Receitas.

### 4.6.01 [Quadro A.4.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ](#_Toc360441063)

### 4.6.02 [Quadro – A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ](#_Toc360441064)

### 4.6.03 [Quadro A.4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida](#_Toc360441065)

### 4.6.04 [Quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2013-2011](#_Toc360441066)

### 4.6.05 [Quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas](#_Toc360441067)

### 4.6.06 [Quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas](#_Toc360441068)

### 4.6.07 [Quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas](#_Toc360441069)

### 4.6.08 [Quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas](#_Toc360441070)

### 4.6.09 [Quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ](#_Toc360441071)

### 4.6.10 [Quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas](#_Toc360441072)

### 4.6.11 [Quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB](#_Toc360441073)

### 4.6.12 [Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas](#_Toc360441074)

### 4.6.13 [Quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB](#_Toc360441075)

# 4.7 Não consta no rol da DN

# 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

# 5.1 Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

### 5.1.01 [Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12](#_Toc360441078)

### 5.1.02 [Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ](#_Toc360441079)

### 5.1.03 [Quadro A.5.1.2.1 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)](#_Toc360441080)

### 5.1.04 [Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária](#_Toc360441081) [Situação apurada em 31/12](#_Toc360441082)

### 5.1.05 [Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12](#_Toc360441083)

### 5.1.06 [Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores](#_Toc360441084)

### 5.1.07 [Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro](#_Toc360441085)

### 5.1.08 [Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12](#_Toc360441086)

### 5.1.09 [Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)](#_Toc360441087)

### 5.1.10 [Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)](#_Toc360441088)

### 5.1.10 [Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac](#_Toc360441089)

### 5.1.11 Quadro [A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)](#_Toc360441090)

# 5.2 Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários.

### 5.2.1 [Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada](#_Toc360441091)

### 5.2.2 [Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados](#_Toc360441092)

### 5.2.3 [Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva](#_Toc360441093)

### 5.2.4 [Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra](#_Toc360441094)

### 5.2.5 [Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários](#_Toc360441095)

# 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

# 6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

### 6.1.1 Quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização;

### 6.1.2 Contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos;

### 6.1.3 Normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;

### 6.1.4 Critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação;

### 6.1.5 Custos envolvidos.

# 6.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade

### 6.2.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade;

### 6.2.2 Distribuição geográfica dos imóveis da União;

### 6.2.3 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

### 6.2.3 Ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não. Neste caso, identificar o locador, a forma de contratação, os valores, e benefícios recebidos pela unidade em razão da locação e a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

### 6.2.4 Custos de manutenção.

### 6.2.5 [Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União](#_Toc360441096)

### 6.2.6 [Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional](#_Toc360441097)

### 6.2.7 [Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ](#_Toc360441098)

# 6.3 Imóveis locados de terceiros

### 6.3.1 Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

# 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

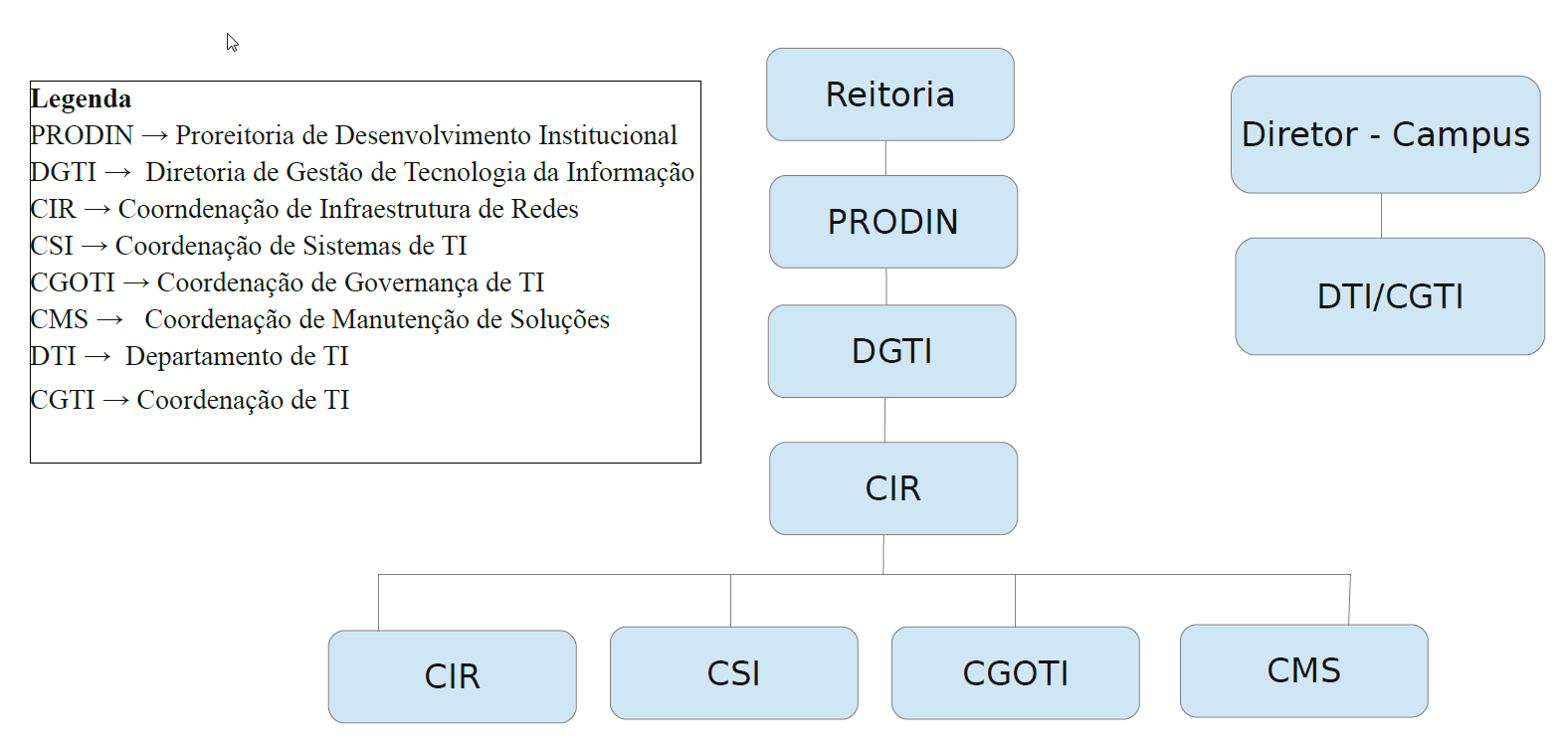
# 7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI), conforme orientações da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa.

**7.1.1 Contextualização Histórico Administrativa**

Com o projeto de expansão do Governo Federal que criou os Institutos Federais em todo o Brasil, o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) deu lugar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) agregando a Agrotécnica de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, as Unidades Descentralizadas do Distrito Industrial e de Coari e a antiga sede passaram a ser Campi do Instituto. A estes foram adicionados outros cinco Campi novos localizados em Presidente Figueiredo, Parintins, Lábrea, Maués e Tabatinga, totalizando assim sete Campi no interior, três na capital e a reitoria. O IFAM portanto vem tomando dimensões cada vez maiores, além de ser uma exigência da Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI no 4 de 12 de novembro de 2010 que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos Órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.

Foram alinhadas as políticas e objetivos do Planejamento Estratégico do IFAM no que diz respeito a investimentos na área TI com a finalidade de adequar as Soluções de TI da Instituição para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

**7.1.2 Estrutura Organizacional da Unidade de TI**



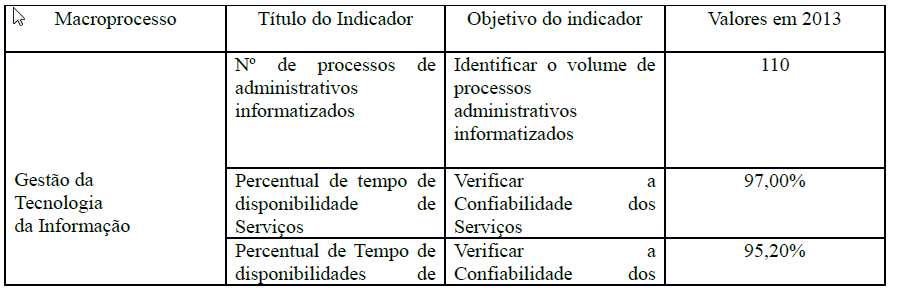
**7.1.3 Documentos Norteadores da Tecnologia da Informação no IFAM**

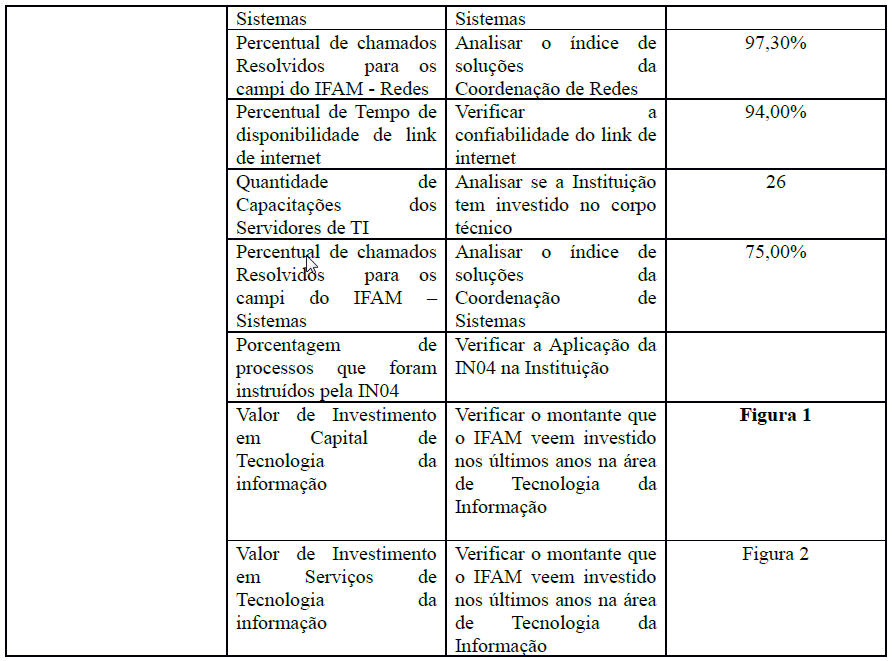
* + IFAM possui quatro documentos que são responsáveis por direcionar, padronizar, gerenciar e administrar a Gestão da Tecnologia da Informação, são eles:
    - PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, esse documento trabalha a parte estratégica da Instituição, possui os princípios e diretrizes da TI no IFAM.
    - PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação, possui a parte táctica e operacional da TI dentro do IFAM, nesse documento constam as metas, ações e indicadores.
    - PUSTI – Politica de Uso dos Sistemas de Tecnologia da Informação – Possui as regras de uso aos Sistemas de Comunicação e Dados do IFAM.
    - PSI – Politica de Segurança da Informação, apesar de constar como Documento de Tecnologia da informação, possui uma abrangência muito maior e normatiza outras áreas da Instituição.

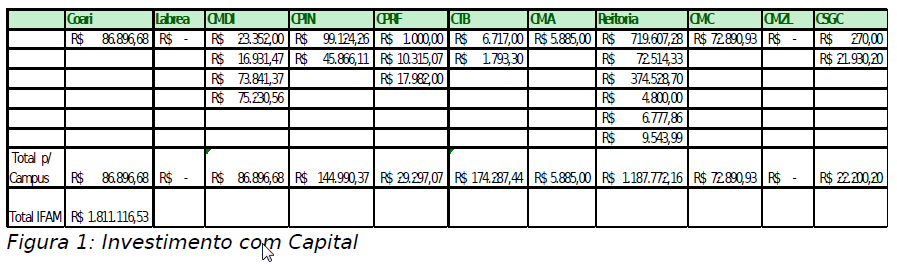
Juntos esses quatro documentos compõem o **Aporte Documental de TI**, que tem como finalidade gerar base para ações que envolvam a TI em todo o IFAM.

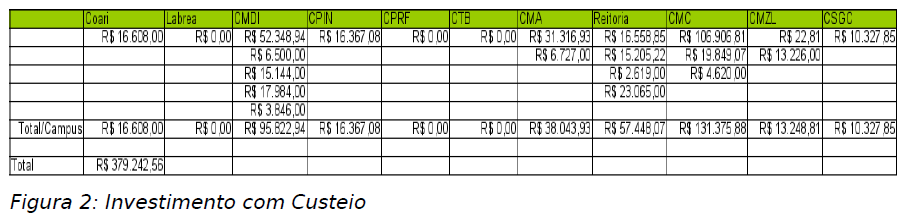
**7.1.4.Indicadores**

No ano de 2013 os indicadores de gestão utilizados pela instituição referem-se aos que compõe o Acórdão TCU n°2.267/2005, apresentadas no presente relatório, além das metas físicas estabelecidas no do Plano Plurianual vinculado ao SIMEC.











**7.1.5. Ações de 2013**

As ações do DGTI em 2013 podem ser divididas entre 5 pontos principais:

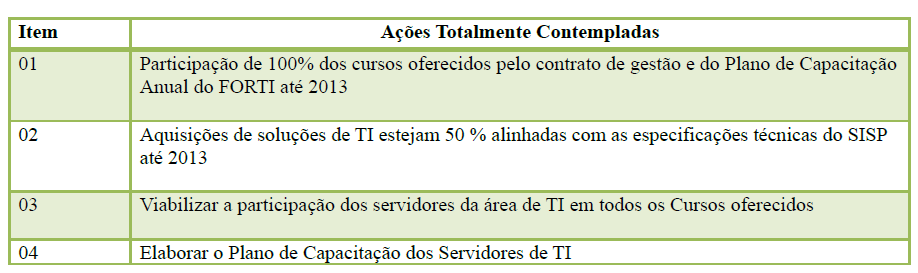
1. Planejamento e Execução das ações;
2. Perfil dos recursos humanos envolvidos;
3. Segurança da Informação;
4. Desenvolvimento de Soluções de TI;
5. Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Em atendimento aos 05 itens exigidos pelo relatório, o setor de Tecnologia de Informação manifesta-se:

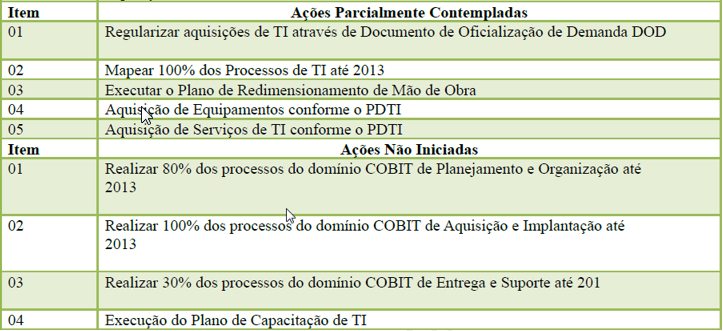
**a) Planejamento da área**

Foi realizado, juntamente com o Comitê de Tecnologia da Informação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que tem por objetivo coordenar e aplicar os recursos de Tecnologia da Informação de forma a atender os planejamentos estabelecidos em níveis estratégico, tático e operacional pelo Instituto Federal do Amazonas.

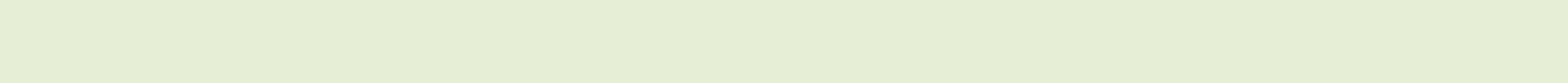
No ano de 2013 tivemos ações que constavam no PDTI que foram contempladas nas totalidades, outras ações estão parcialmente cumpridas e algumas não foram iniciadas.









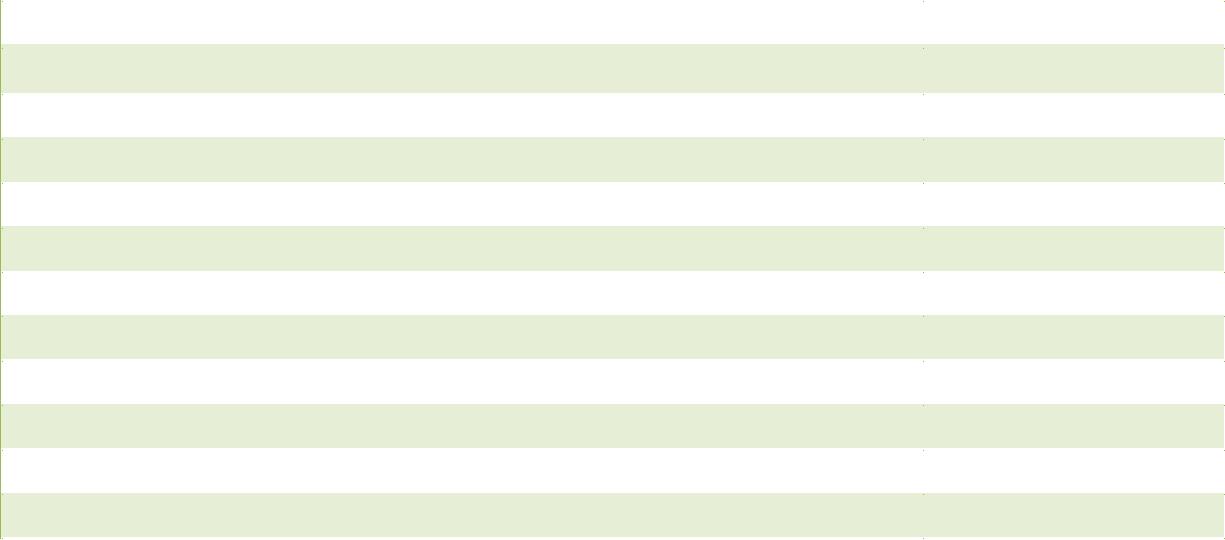


Em relação às tarefas não iniciadas, podemos relatar uma dificuldade de capacitação em COBIT no mercado, para resolver essa questão a ESR vai ministrar um curso voltado para essa demanda e visando facilitar a logística de treinamento o DGTI criou um laboratório para que apenas seja necessário contratar o instrutor.

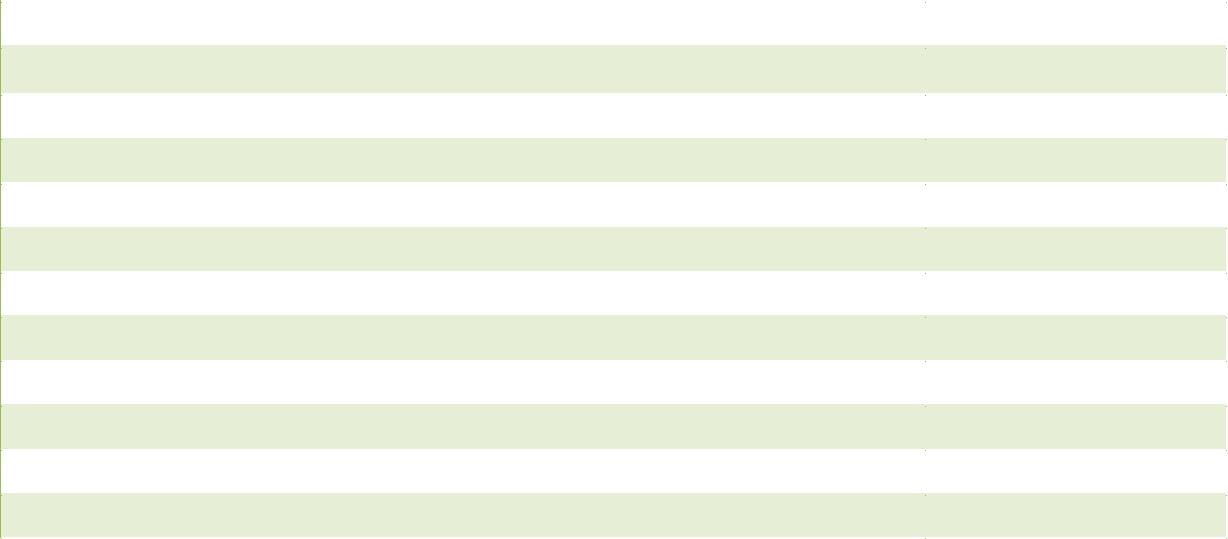
Sobre o Plano de Capacitação de TI, não foi possível organiza-lo devido o mesmo ter sido montado em 2013 e não houve tempo hábil para contratar a empresa de capacitação. Na época não possuíamos um espaço dedicado para as capacitações no DGTI.

**b) Perfil dos recursos humanos envolvidos**

|  |  |
| --- | --- |
| **Campus – Servidores Efetivos** | **Quantitativo** |
| Reitoria | 5 |
| Campus Manaus Centro | 6 |
| Campus Manaus Distrito Industrial | 4 |
| Campus Manaus Zona Leste | 3 |
| Campus Coari | 4 |
| Campus São Gabriel da Cachoeira | 2 |
| Campus Maués | 1 |
| Campus Lábrea | 3 |
| Campus Parintins | 1 |
| Campus Presidente Figueiredo | 2 |
| Campus Tabatinga | 1 |



|  |  |
| --- | --- |
| **Campus – Terceirizados** | **Quantitativo** |
| Reitoria | 0 |
| Campus Manaus Centro | 2 |
| Campus Manaus Distrito Industrial | 1 |
| Campus Manaus Zona Leste | 0 |
| Campus Coari | 0 |
| Campus São Gabriel da Cachoeira | 0 |
| Campus Maués | 1 |
| Campus Lábrea | 0 |
| Campus Parintins | 1 |
| Campus Presidente Figueiredo | 0 |
| Campus Tabatinga | 0 |



Nosso quadro total é de 39 funcionários, desses 34 são servidores efetivos do IFAM e outros 5 são funcionários terceirizados. Dessa maneira podemos afirmar que no nosso quadro de pessoal possuímos 12 % de terceirizados.

Na questão de capacitação o CONIF possui um acordo com o Escola Superior de Redes, que disponibiliza pelo menos 2 vagas por campus. No ano de 2013 foram disponibilizadas 26 vagas e todas foram utilizadas.

**c) Segurança da Informação**

* + IFAM possui o Comitê Formalmente constituído e já possui a politica de segurança da Informação homologada pelo CONSUP. Em 2013 foi criada dentro da Coordenação de Redes uma nova atribuição que é de mitigar os ataques cibernéticos ao IFAM. Essa atribuição foi passada em Setembro de 2013 e graças à aplicação de novas ferramentas os ataques diminuíram consideravelmente, como mostra na figura 02.



**Figura 3 - Quantidade de Ataques**

1. **Desenvolvimento de Sistemas**

Tivemos em 2013 o Desenvolvimento de 3 Sistemas:

* + SGD – Sistema de Gestão de Demandas
  + Novo Portal dos Campi
  + Sistema de Formulários

Todos os sistemas usaram o SCRUM como metodologia de Projetos, realizando sempre que possível o reaproveitamento do código e a integração dos Sistemas.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

O IFAM em 2013 teve como contratação de equipamentos o valor de R$ 1.811.116,53 e com custeio R$ 379.249,76. No ano de 2013 o IFAM não destinou um orçamento especifico para uso dos Recursos de Tecnologia da Informação, mesmo o IFAM possuindo um Plano Diretor de Informação.

Isso causou diversos problemas, tínhamos estimado investir com a TI o valor de R$ 9 milhões de reais. Mas pelo fato da instituição não possuir um planejamento orçamentário alinhado causou a defasagem no Planejamento, dessa maneira a instituição decidiu priorizar algumas ações, que são:

* Implantação do Datacenter
* Manutenção dos Sistemas de Tecnologia da Informação
* Atualização Parcial dos Equipamentos

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

O quadro a seguir está organizado de forma a apresentar um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral analisar a estrutura de governança corporativa e de TI do IFAM. Para leitura do quadro, deve-se levar em consideração a seguinte legenda:

**(1) nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

**(2) às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.

**(3) usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.

**(4) sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Quesitos a serem avaliados** | | |
| **1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:** | | |
| 4 | Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor. | |
|  | 3 | monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional. |
| 3 | Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI. | |
|  | 2 | aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI. |
|  | 4 | aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional. |
|  | 4 | aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto. |
|  | 4 | aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa. |
|  | 2 | aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional. |
|  | 4 | aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição. |
| 4 | Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI. | |
| 3 | Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI. | |
| 2 | Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI. | |
| **2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:** | | |
| 3 | Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. | |
| 4 | Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI. | |
| 3 | Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012. | |
| 3 | Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI. | |
| 4 | Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. | |
| 1 | Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles. | |
| 3 | Os indicadores e metas de TI são monitorados. | |
| 2 | Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a  respeito quando as metas de resultado não são atingidas. | |
|  | Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição. | |
| **3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:** | | |
| 1 | Auditoria de governança de TI. | |
| 1 | Auditoria de sistemas de informação. | |
| 1 | Auditoria de segurança da informação. | |
| 1 | Auditoria de contratos de TI. | |
| 1 | Auditoria de dados. | |
|  | Outra(s). Qual(is)? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | |
| 4 | Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012. | |
| **4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:** | | |
| 1 | A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente. | |
| 4 | A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente. | |
| 3 | A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio. | |
| 3 | A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores. | |
| 2 | O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI. | |
| 3 | O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.). | |
| 4 | O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição. | |
| 4 | O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio. | |
| 4 | O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão. | |
| 2 | O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI. | |
| 4 | O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | |
| **5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:** | | |
| 2 | Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados. | |
| 3 | Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição. | |
| 2 | Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio. | |
| **6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:** | | |
| 2 | Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações). | |
| 1 | Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito). | |
| 2 | Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. | |
| 2 | Gestão dos incidentes de segurança da informação. | |
| **7. Em relação às contratações de serviços de TI:** *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre* | | |
| ( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação. | | |
| ( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação. | | |
| ( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato. | | |
| ( 3 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos. | | |
| ( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato. | | |
| ( 3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos). | | |
| **8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (**assinale apenas uma das opções abaixo) | | |
| 4 | O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada. | |
|  | Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada. | |
|  | A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov). | |
|  | A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov). | |
|  | A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). | |
|  | A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). | |
| **9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?** | | |
|  | Entre 1 e 40%. | |
|  | Entre 41 e 60%. | |
|  | Acima de 60%. | |
| 4 | Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov). | |
| **Comentários** | | |
| Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário. | | |



******8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

# 8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

### 8.1.1 Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

# 8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.

### 8.2.1 Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

# 8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

### 8.3.1 Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;

### 8.3.2 Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);

### 8.3.3 Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

# 9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

# 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU.

### 9.1.1 Quadro A.9.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

### 9.1.2 Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

# 9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

### 9.2.1 Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

### 9.2.2 Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

# 9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.

# 9.4 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

### 9.4.1 Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

# 9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno e também.

### 9.5.1 Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

# 9.6 Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

### 9.6.1 Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

# 10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

# 10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

# 10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

# 10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

# 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

# 11.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

# 11.2 Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

### 11.2.1 Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

### 11.2.2 Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

# 11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

# 11.4 Não se aplica

# 11.5 Não se aplica

# 11.6 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela entidade.

# 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

# 12.1 Informações não exigidas neste Anexo que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.